



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS -----

----- DO DIA 30 DE DEZEMBRO DE 2011 -----

----- **Ata NÚMERO DOZE** -----

----- Aos trinta dias do mês de dezembro de dois mil e onze reuniu, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Manteigas, convocada nos termos da Lei, sob a presidência do seu Presidente, Senhor António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pelos Senhor Albino Saraiva Cardoso, como Primeiro Secretário e pelo Senhor Segundo Secretário, Daniel António Quaresma Costa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período da Intervenção do Público.**

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**

----- Ponto dois um: Respostas às questões anteriormente colocadas pelo público que não tenham ficado esclarecidas;

----- Ponto dois dois: Apreciação, discussão e votação da proposta de Ata da sessão anterior;

----- Ponto dois três: Leitura resumida do expediente e prestação de informações ou esclarecimentos pela Mesa;

----- Ponto dois quatro: Outras intervenções dos Senhores Deputados.

----- Ponto três: **Período da Ordem do Dia:**

----- Ponto três um: Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a participação variável no IRS conforme o previsto no artº 20º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, referente aos rendimentos respeitantes ao ano de 2011;

----- Ponto três dois: Autorização à Câmara Municipal para abertura do procedimento adjudicatário destinado à aquisição de serviços de combustíveis;

----- Ponto três três: Aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano 2012;

----- Ponto três quatro: Tendo em vista corresponder ao solicitado pelo Governo no Documento Verde da Reforma da Administração Local debater a proposta nele inserida de um plano de reorganização e reestruturação do mapa autárquico, nomeadamente com a redução do número de freguesias.

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do senhor Presidente da Mesa e senhores Secretários, os Senhores Deputados Municipais: Manuel José Correia Silva Carvalhinho, Fernanda Isento Pereira, Maria João Esteves Negrão Ramos, Luís Miguel Cardoso Direito da Graça, Nuno Manuel Matos Soares, Umberto Massano Leitão, Alfredo Serra Carvalho Marcelo, José Manuel Novo de Matos, João Matos Leitão, António Júlio Leitão Garcia, e também os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Luís Pedro Matos Soares, Paulo Manuel Santos Costa, Francisco Martins Lucas e Joaquim Fernandes Albuquerque. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- Não se encontravam presentes os senhores Deputados João Adelino Paixão Salvado, que solicitou a sua substituição, sendo convocado o Senhor Abel Biscaia Fernandes que não compareceu e o Senhor Deputado Renato Carvalho Barbosa apresentou justificação de falta.-----

----- O senhor Deputado António Júlio Leitão Garcia, cerca das onze horas e trinta minutos abandonou a sessão, sem qualquer explicação à Mesa da Assembleia Municipal.-----

----- Estiveram também presentes o senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho e os senhores Vereadores, José Manuel Custódia Biscaia, António José Ascensão Fraga, José Manuel Saraiva Cardoso e Marco Alexandre Lucas Veiga. ----

----- Às **vinte horas e quarenta e cinco minutos**, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

Foi aceite pela Mesa da Assembleia a inscrição do munícipe José Samuel que pretendeu intervir no primeiro ponto da ordem de trabalhos. -----

----- PUNTO UM DA ORDEM DE TRABALHOS -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

----- O munícipe José Samuel começando por cumprimentar a Mesa da Assembleia e o Executivo Municipal e todos os presentes, desejou a todos um bom ano de 2012.-----

Anunciou que iria colocar duas questões, começando por dizer que teve conhecimento, como muita gente teve, do investimento feito para a construção do Centro de Interpretação do Vale Glaciar, mas questionou se não haveria um outro local melhor para esse investimento. Também questionou quem vai ser beneficiado por esse investimento, reparando que só um restaurante ali por perto e uma barraquinha é que irão beneficiar desse investimento. Há também a questão do estacionamento naquele lugar que é um pouco mau. Porque é que não foi pensado um outro lugar para a sua construção, por exemplo, ser na zona histórica, onde muita gente iria ser beneficiada, como o pequeno comércio, os mini mercados, o centro comercial, a churrasqueira, os cafés, bares e restaurantes. -----

Um outro aspeto perfeitamente degradante são os fios de eletricidade e de telefone, que em certas zonas ainda continuam por enterrar na zona do centro histórico. Quanto ao estacionamento que foi ali criado, achou que demorou imenso tempo para colocar o lancil, mas no final o parque ficou muito bom, estando em muito boas condições aumentando naquela zona os lugares de estacionamento. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para esclarecer o Munícipe, tendo o mesmo referido que as questões levantadas não suscitam resposta do executivo, pois são meras conjunturas e opiniões pessoais. Sobre a localização do Centro de Interpretação do Vale Glaciar o melhor local é sem duvida o começo do Vale Glaciar e se alguém quer visitar o Vale Glaciar tem que começar exatamente pelo Centro de Interpretação e entrar naquele Vale Glaciar depois para o apreciar. São pontos de vista diferentes, pois se calhar o senhor José Samuel queria certamente o Centro de Interpretação do Vale Glaciar à



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

porta do seu estabelecimento, mas não é possível por várias razões. Primeiro a falta de enquadramento urbanístico; a falta de espaço; a falta de objetividade e acima de tudo as coisas têm de ser feitas com pés e cabeça. Poderia beneficiar mais restaurantes, pois beneficiar apenas um restaurante e uma barraquinha, são pontos de vista, mas curiosamente com a paisagem que temos em Manteigas, com as características naturais o alojamento em Manteigas desde o dia 31 irá ficar completo até ao dia 3 de janeiro, não havendo camas em Manteigas neste momento desocupadas. Tem-se notado que os restaurantes estão a repetir as mesas ao almoço e alguns deles também ao jantar, sendo um bom indicador que permite dizer que se está a seguir uma ótima trajetória, com a divulgação do Concelho que atrai pessoas. -----

Também é verdade que o Município teve tempo durante anos de protestar contra o que foi feito no Centro Histórico. Mas não sabe se reparou também, que naquele centro histórico há questões que não estão bem, não são só os fios, também o pavimento está todo a arrancar-se, está todo degradado. Acha que foi uma boa opção, se calhar também não. Aquele centro histórico precisa, de facto, de uma volta, gastou-se ali muito dinheiro, mas precisa de uma volta muito maior. -----

Quanto ao lancil que diz que demorou muito tempo. Não sabe se o Município é técnico de construção civil, não sabe se tem alguns conhecimentos a nível de obras, mas o que é um facto é que quem fez aquilo foram os funcionários da Câmara com a sua agilidade, com a sua habilidade, com a sua mestria e parece-lhe que o senhor achou que os funcionários da câmara demoram muito tempo, foi a sua crítica. -----

----- PONTO DOIS DOIS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR.

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que não foi recebido qualquer comentário relativamente à ata, pelo que a colocou à votação. -----

----- O senhor Deputado Novo de Matos solicitou a palavra para dizer que era hábito o envio da ata por e-mail, mas que desta vez nada recebeu, não sabendo se teria sido falha do seu e-mail. É muito simpático o sublinhar do nome de quem intervém, porque facilita muito a leitura da ata, mas deixou o reparo que tem feito muitas intervenções nas sessões em que participa e é com pena que nesta ata, em que fez também imensas intervenções e que só aparece uma única e mesmo nesta só estão escritas duas ou três linhas. Deixou o alerta que gostava que as suas intervenções ficassem registadas, até por uma questão histórica. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que as atas foram enviadas como habitualmente por e-mail. Quanto ao resumo das suas intervenções lamenta a minimização que o Senhor Deputado Novo de Matos diz ter havido, mas sendo a gravação toda ouvida e passada a escrito no discurso direto não acredita que haja qualquer processo de intenção quando a mesma é resumida e transcrita para o normal.

----- Passando à votação da ata, foi a mesma aprovada por maioria com 11 votos a favor, 1 contra e 5 abstenções.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- PONTO DOIS TRÊS DA ORDEM DE TRABALHOS -----

LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLA- RECIMENTOS PELA MESA

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu nota do expediente recebido nomeadamente os votos de Boas Festas do Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e a petição à não redução de autarquias e de trabalhadores, face à divulgação do documento verde, apresentada pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local. Também do Gabinete do Ministro Adjunto dos Assuntos Parlamentares foi recebido um ofício relativamente ao documento verde da reforma da administração local onde consta um conjunto de princípios e critérios orientadores da Reforma da Administração Local capazes de criar ganhos de escala e dimensão que possam capacitar as freguesias para a concreta prestação de serviços de qualidade às respetivas populações. O documento deve ser discutido nas Assembleias Municipais e daí a razão, também, da inclusão deste ponto na ordem de trabalhos de hoje. -----

Da Associação Nacional de Municípios Portugueses, foi recebido um ofício sobre a resolução do Conselho Geral sobre o orçamento de estado, que perde atualidade, uma vez que já foi promulgado pelo Senhor Presidente da República, o orçamento de estado para 2012. -----

----- PONTO DOIS QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS -----

Outras intervenções dos Senhores Deputados

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia abriu o período das intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia propondo à Assembleia um voto de pesar pelo falecimento já no corrente mês do Senhor José Abrantes Serra que foi um dos Presidentes de Mesa desta Assembleia Municipal. Para o efeito pediu um minuto de silêncio. Não tendo havido manifestações em contrário em ata deverá ser consignado que o voto de pesar foi aprovado por unanimidade. -----

-----O senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra interveio cumprimentando todos os presentes e afirmou que a proposta que o senhor Presidente fez do voto de pesar, também o grupo municipal do PSD a trazia uma vez que o falecido Senhor José Abrantes Serra, foi Presidente desta Assembleia, foi Vereador nesta Câmara durante vários anos e mais que os cargos políticos que desempenhou, deixou em Manteigas algumas obras na sua passagem. -----

Pensa que era uma pessoa que todos recordarão com saudade e pensa que Manteigas, por tudo o que lhe deve e por tudo o que ele fez por esta Terra muitas vezes gratuitamente e dando de si o melhor sem ter recebido qualquer compensação a não ser a compensação que lhe davam os amigos e os conhecidos, pelo reconhecimento que tinham por ele. Deixou também a sugestão que para além do voto de pesar, que pensa que é bem merecido ter sido votado por unanimidade, seja atribuída a uma rua ou praça de Manteigas o nome de José Abrantes Serra. -----

ORDEM DO DIA



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----**PONTO TRÊS UM – APRECIÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A DEDUÇÃO PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS CONFORME O PREVISTO NO ARTº 20º, DA LEI Nº2/2007, DE 15 DE JANEIRO, REFERENTE AOS RENDIMENTOS RESPEITANTES AO ANO DE 2011.**-----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia em relação a este ponto começou por informar que como todos se recordam na Assembleia realizada no mês de setembro passado, foi votado um mesmo ponto mas respeitante ao IRS de 2012. Este ponto surge agora para o IRS de 2011 porque não foi oportunamente deliberado como o deveria ter sido em 2010. Isto é para o IRS de 2011, ou seja, para aquele que vai ter de ser entregue já em fevereiro, para alguns, e até ao final de maio para outros e relativo ao ano de 2011, a dedução da participação variável no IRS ainda será possível se o Diretor Geral de Finanças aceitar esta deliberação. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se tinha algumas considerações a fazer sobre esta matéria ou algum esclarecimento a prestar a esta Assembleia. -----

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que esta proposta vem no seguimento da deliberação tomada em reunião de Câmara em que foi deliberado que se continuaria a abdicar dos 5% de IRS em benefício dos Manteiguenses mas é absolutamente necessário que também a própria assembleia aprove esta posição da Câmara. Não foi tomada, é verdade, em devido tempo. Esta proposta não é para que a Autoridade Nacional Tributária - ANT venha a devolver os 5%, porque parece que isso já não será possível, é para permitir à Câmara Municipal optar por mecanismos que possibilitem a restituição da dedução, que não será efetuada por essa autoridade tributária, do IRS de 2011. Irá solicitar à ANT a listagem de todos os munícipes que pagaram IRS e que têm direito à devolução desses 5% em função dessa da deliberação que se há de tomar, e caso não seja possível obter tal listagem por publicação de ou de por outra que se vier a encontrar. Pretende-se continuar a entregar os 5% do IRS aos munícipes, aqueles que cá vivem e aqueles que oportunamente e muito bem fixaram a sua residência fiscal. Há quem resida noutros Concelhos mas aqui fixaram a sua residência fiscal para usufruir desses 5% do IRS. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que com este esclarecimento do senhor Presidente da Câmara todos estavam esclarecidos e que não vai ser através da ANT mas através da Câmara Municipal que poderão ser devolvidos os 5% sobre o IRS. Agora a intervenção do senhor Presidente levanta-lhe uma questão, que é saber como é possível ter a residência fiscal em Manteigas sem residir em Manteigas? Tem alguma ideia se isso é possível? -----

----- O senhor Presidente da Câmara respondeu que era melhor colocar a questão à ANT e não a ele. Não há aqui offshores. O que é certo é que conhece cidadãos que residem em Seia e têm aqui a sua residência fiscal, aliás, conhece mais casos e muito próximos e particulares com quem assim aconteceu. Se é possível ou não, ou melhor, se está bem ou não, não sabe. -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia na sequência da resposta do senhor Presidente referiu que lhe tinha surgido a ideia de que de facto que se assim for e se passar a ser a câmara a devolver o IRS, só se deve devolver a quem cá reside, ou seja, numa situação destas,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

pode ser passível de corrigir uma situação que é anómala, que é efetivamente uma pessoa ter a residência fiscal aqui e não residir cá. Se passar a ser feita através da Câmara a devolução do IRS, se isso vier a ser possível, pode-se corrigir essa situação e não estar a dar benefício fiscal a quem não viva em Manteigas. É apenas uma observação que continua em discussão. -----

-----O senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra para poder participar neste ponto, uma vez que já tinha levantado, nesta assembleia, há duas sessões atrás, e já na altura o senhor Presidente da Câmara deu uma resposta que o deixou com muitas dúvidas. A questão da dedução dos 5% tinha sido levantada e foi muito mal esclarecida. -----

Depois de ouvir o senhor Presidente da Câmara na sua intervenção ficou ainda com mais dúvidas em relação àquelas que já tinha. Na prática a Câmara quer subsidiar alguns munícipes de Manteigas. Porque de forma alguma vê a Direção Geral dos Impostos, que ainda não é Autoridade Tributária só o será no próximo ano, a quebrar o sigilo fiscal. -----

Lembrou o art.º 20 da Lei das Finanças Locais, em que é essa Lei que atribui 5% do IRS ao município e pediu ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia que lhe permita ler um bocadinho da Lei nomeadamente o art.º 20 – *“O município tem direito em cada ano a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no nº 1 do art.º 78 do Código do IRS”*. -----

A sua primeira dúvida é como é que a Câmara vai ter acesso à coleta líquida de cada munícipe para poder devolver os 5%? Quase de certeza e arriscou-se a dizer que a Direção Geral dos Impostos não irá fornecer, aliás tem a certeza que não irá fornecer esses dados. -----

Diz o nº 2 do mesmo artigo que: *“A participação referida no número anterior depende da deliberação sobre a percentagem do IRS pretendida pelo município a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à Direção Geral dos Impostos até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.”*-----

Portanto, já todos sabem que o senhor Presidente já admitiu hoje e publicamente, que a Câmara cometeu um erro ao não ter feito o envio da deliberação, aliás a Câmara nem sequer em 2010 deliberou. Portanto, não houve nenhuma comunicação, nem sequer alguma deliberação.-----

O nº 3 é muito claro e retira qualquer dúvida sobre a legalidade daquilo que se está a tentar fazer. *“A ausência de comunicação a que se refere o número anterior ou a receção da comunicação para além do prazo estabelecido equivale à falta de deliberação”*, ou seja, a Câmara não tem tecnicamente condição absolutamente nenhuma de devolver 5% do IRS aos munícipes com o domicílio fiscal em Manteigas, sem ser através da atribuição de um subsídio. Para a Câmara atribuir o subsídio não vê qual seja a cobertura legal em que possa sustentar-se para subsidiar os particulares discriminatoriamente. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia em relação ao que foi dito pelo senhor Deputado Nuno Soares, referiu que lhe pareceu uma interpretação um tanto abusiva, ao dizer que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

era um subsídio, porque o que está em causa é o reembolso de uma percentagem de IRS. Perante a leitura que foi feita, tem muita dúvida que se possa realmente concretizar esta proposta, que reuniu um consenso na Câmara e tanto quanto sabe veio à Assembleia exatamente para ser discutida, não sendo de facto imperativo que seja aprovada e portanto se calhar com pena de muitos não o será, mas a Lei é o que é. -----

----- O senhor Deputado Novo de Matos usando da palavra disse que quando viu a ordem de trabalhos, também questionou da utilidade deste ponto 3.1 porque já na última reunião tinha ficado acordado e tinham todos percebido, que não se podia fazer nada a não ser que fosse até dezembro do ano anterior. -----

Portanto como já se está quase em janeiro de 2012 e para ser exato no fim de 2011, já nada se pode fazer. Agora em dezembro de 2011 vir um ponto 3.1 da ordem de trabalhos que é apreciar, discutir e votar a proposta da Câmara sobre a participação, já passou o tempo para se fazer isto. Acha que é perfeitamente inútil, e pedindo desculpa a quem pôs isto na ordem de trabalhos, falta de inteligência. Está-se a perder tempo com isto. É a sua interpretação. -----

----- A senhora Deputada Maria João começou por cumprimentar o público presente, todos os funcionários presentes, o Executivo, o Presidente da Assembleia Municipal, senhores Deputados, desejando umas boas festas a todos e umas entradas excelentes no ano de 2012, com certeza pelo menos a esperança que as coisas irão correr pelo melhor. -----

De seguida, relativamente a este assunto, e infelizmente por razões profissionais, todos sabem que reside em Lisboa. Obviamente o senhor Presidente da Câmara deve ter-se dirigido à sua pessoa, mas é verdade que a sua residência fiscal é em Manteigas e portanto achou que por uma questão de opção, teve de pagar uma garagem em Lisboa porque não tinha lugar para o carro, mas não abdica jamais de votar na sua terra. Acha que é um princípio, que para além de todos os regimes tributários que possa haver, as pessoas podem querer ser filhas da terra para sempre, independentemente de estarem a viver noutra sítio do País e infelizmente é o que está a acontecer a todos, principalmente os jovens. -----

É uma questão de princípio e pensa que as coisas deviam estar todas certas, pois se uma pessoa vive cá, se uma pessoa vota cá, se uma pessoa participa politicamente aqui, deve descontar aqui, deve fazer tudo aqui, porque é aqui que se vive, é aqui que é a nossa terra e infelizmente por razões profissionais teve de se ausentar de Manteigas, mas tendo em conta o estado do País e o estado da Nação, infelizmente não estão todas as pessoas a residir em Manteigas, porque seria vontade de todos os jovens manteiguenses, pelo menos a maioria dos jovens manteiguenses, ficar e residir em Manteigas, mas infelizmente não há condições. -----

----- O senhor Presidente da Câmara dirigindo-se à senhora Deputada disse que ficou abismado com a sua intervenção, porque nem sequer se referiu a alguém presente na sala. Sabe que a senhora Deputada tem residência e domicílio fiscal em Manteigas e estava convicto que a senhora foi para Lisboa para trabalhar. Sobre este assunto estava a referir-se a gente que vive em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Seia e Gouveia. Espera é que a senhora Deputada que neste momento participa politicamente no País e está a trabalhar num gabinete político do Governo faça um trabalho para elevar o País e o concelho de Manteigas e irá aplaudir se der conta que esse trabalho é feito.-----

Em relação ao assunto exposto pelo senhor Deputado Nuno Soares disse que naturalmente que pensava que o senhor não tinha dúvidas enquanto profissional da área da tributação e da fiscalidade. Não pretende a Câmara discriminar qualquer cidadão, nem subsidiar discriminatoriamente o que quer que seja, mas sim reembolsar os 5% a todos os que pagaram IRS que tenham residência fiscal em Manteigas. A proposta foi aprovada pela Câmara Municipal e é Assembleia Municipal que tem o voto nesta matéria, os senhores Deputados é que dirão o sim ou o não. -----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu que só via uma dificuldade em termos de a Câmara Municipal ter acesso ao que cada munícipe pagou em IRS e que de facto a Direção Geral de Finanças possivelmente não irá dar esses dados. O Munícipe terá que trazer junto da Câmara o talão de pagamento do seu IRS de 2011 e com base na sua coleta líquida calcular-se os 5% de dedução. -----

----- O senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra disse que uma vez que o senhor Presidente da Câmara garante que tem mecanismos para devolver os 5% do IRS, aprovar hoje ou aprovar em fevereiro esta proposta é a mesma coisa, porque não há declarações antes do mês de março. Neste sentido apresentou a proposta de que este ponto fosse adiado para a próxima Assembleia e a Câmara Municipal traga devidamente qualificado e quais são as regras com que vai calcular os 5% que depois vão devolver. Quando tudo estiver pronto não terá problema absolutamente nenhum em votar favoravelmente até porque foi o primeiro nesta Assembleia a dizer que tinha muita pena que os Municípios de Manteigas tivessem perdido os 5% de dedução à coleta. ----

-----O senhor Deputado Novo de Matos também usando da palavra propôs um ponto de ordem à mesa, interrogando se era viável receber os 5% neste tempo histórico uma vez que se deveria ter deliberado em 2010. Pensa que já não é possível do ponto de vista legal, por isso é que afirmou há pouco que achava que era inútil trazer este assunto à discussão. -----

-----O senhor Presidente da Câmara manifestou a sua opinião dizendo que naturalmente ainda se está a tempo. Ainda os Municípios não foram tributados, o que não se pode é estar a queimar tempo à espera que sejam tributados, não se pode estar à espera que o processo de facto chegue ao seu termo final. Há que tomar decisões exatamente neste momento e os senhores Deputados já que estão todos com boa intenção, se a boa intenção é essa, onde é que está o problema de se devolver os 5%. -----

-----O senhor Deputado Novo de Matos achou que o senhor Presidente da Câmara estava a tentar destruir os argumentos da senhora Deputada Maria João, que não é da sua bancada. A questão que colocou foi se era necessário ser até dezembro de 2010, para realmente efetivar em 2011 e se ainda ia a tempo. A sua pergunta só foi essa e ainda não lhe foi dada resposta. Ainda vai a tempo, não tinha de ser mesmo até dezembro de 2010? Ainda vai ser eficaz esta atitude?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O senhor Presidente da Câmara esclareceu que não é seu hábito entrar em diálogo com ninguém respeitando e ouvindo todos os senhores Deputados, normalmente não os interrompe. É verdade que respondeu à pergunta que o senhor Deputado Novo de Matos fez, pois como referiu ainda se está a tempo. Os cidadãos de Manteigas ainda nem sequer foram tributados. Esta foi a sua resposta, portanto achou que a questão foi respondida. Em relação ao comentário sobre a senhora Deputada reafirmou que não quis e não quer destruir ninguém. Encara estas reuniões da Assembleia como o local adequado para uma discussão política aberta, uma discussão frontal e desde que não haja falta de respeito em termos pessoais é admissível tudo aquilo que os senhores Deputados quiserem introduzir na discussão. Não está para destruir ninguém, está para responder às questões que lhe são colocadas e também dar as suas opiniões, porque também tem a sua opinião. -----

----- O senhor Presidente da Mesa verificando que o assunto estava suficientemente debatido e que a deliberação que a Assembleia possa vir a tomar só poderá ser concretizada se efetivamente for cumprida inteiramente a legalidade informou que se passaria à votação. -----

----- O senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra para lembrar que tinha feito uma proposta. Disse: *“Proponho que este ponto seja adiado para a Assembleia de fevereiro uma vez que não terá qualquer implicação em termos de prazo de reembolso para os munícipes e que nesse prazo a Câmara se comprometa a apresentar uma proposta técnica, baseada tecnicamente, de como pretende distribuir os 5% que os munícipes têm direito.”* -----

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia disse que a Mesa aceita a proposta apresentada pelo senhor Deputado Nuno Soares e portanto colocou à discussão a mesma. -----

----- O senhor Deputado Albino Cardoso usando da palavra apresentou também a seguinte proposta: *“que seja votada a questão proposta na ordem de trabalhos e que a Câmara se comprometa na Assembleia de fevereiro a apresentar a forma de como vai ser feito o pagamento”*.

----- O senhor Presidente da Mesa esclareceu que estavam em discussão ambas as propostas. Não havendo ninguém que quisesse usar da palavra colocou à votação com a designação de proposta A, a do senhor Deputado Nuno Soares e proposta B) a do senhor Deputado Albino Cardoso. Feita a votação verificou-se o seguinte resultado: Proposta A: 7 votos a favor e 10 votos contra. Proposta B: 10 votos a favor e 7 contra. Foi aprovada a proposta B. -----

----- O senhor Deputado Nuno Soares apresentou a seguinte declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Votei contra a proposta de não adiamento deste ponto da ordem de trabalhos porque esse adiamento não teria qualquer implicação prática na possível devolução dos 5% de IRS, porque não existe base legal para fazer esta devolução e porque a pretensão da Câmara Municipal não tem qualquer sustentação técnica que permita perceber como vai ser feito o reembolso do imposto”.

----- Perante o resultado da votação o senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação o ponto 3 da ordem de trabalhos: *Apreciação, discussão e votação da proposta da Câmara*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ra Municipal sobre a participação variável no IRS conforme o previsto no artº 20º, da Lei nº 2/2007, de 15 de janeiro, referente aos rendimentos respeitantes ao ano de 2011, tendo sido aprovada por maioria com 10 votos a favor e 7 abstenções.-----

-----O senhor Deputado Nuno Soares apresentou a seguinte declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

“Abstive-me na votação deste ponto da ordem de trabalhos porque, embora sendo favorável ao princípio do município abdicar dos 5% de IRS a que tem direito, como forma de minimizar as dificuldades e discriminação sentidas por quem vive no interior do país; porque já tinha levantado este problema em sessões anteriores, tendo criticado o executivo pelo facto de ter deixado cair essa prática que vinha do executivo anterior, não poderia votar favoravelmente, dado que não existe qualquer sustentação legal nem qualquer fundamentação técnica que permita a devolução deste valor sem que seja posta em causa a igualdade de tratamento entre munícipes”.

Esta declaração foi subscrita pelos senhores Deputados Pedro Soares e Maria João.

----- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- PUNTO TRÊS DOIS – AUTORIZAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA ABERTURA DO PROCEDIMENTO ADJUDICATÓRIO DESTINADO À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE COMBUSTÍVEIS. --

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia perguntou se alguém pretendia usar da palavra sobre este ponto.-----

-----O senhor Deputado Nuno Soares pediu um esclarecimento porque não lhe pareceu haver congruência na proposta. São combustíveis ou são serviços? Não consegue perceber o que são serviços de combustíveis.-----

-----O senhor Presidente da Câmara esclareceu o senhor Deputado que pode-se considerar um serviço de fornecimento combustíveis não entendendo onde quer chegar.-----

-----O senhor Deputado Nuno Soares considerou que poderia concluir que a Câmara Municipal estava a pedir autorização á Assembleia Municipal para fazer um contrato por três anos para compra de combustíveis.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia colocou à votação a proposta da Câmara Municipal, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.-----

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos. -----

----- PUNTO TRÊS TRÊS – APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO 2012.-----

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre este ponto questionou quem pretendia usar da palavra tendo o senhor Deputado Albino Cardoso solicitado a palavra.-----

O senhor Deputado Albino Cardoso informou que ia fazer uma introdução que *podia ter alguma relevância, dizendo: "A apresentação de um orçamento, pela sua especificidade própria, é motivo de alguma controvérsia, gerador de discussões e argumentos díspares. A sua apreciação, carece de um prévio conhecimento da administração pública, ao nível económico, financeiro e jurídico,*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

por um lado, e da forma de utilizar as receitas ou o dinheiro disponível às despesas, por outro, bem assim as necessidades, carências, investimento ou outras, considerando a realidade local e autárquica. -----

Neste de per si emaranhado de temas, juntamos as opções políticas, às quais juntamos o que cada um julga ou pensa poder fazer com a “coisa pública”, dando-lhe utilidade ou interesse. -----

Seria da minha parte fastidioso alongar-me demais nesta apreciação que deixo convenientemente para outros que por certo o farão melhor que eu, não podendo no entanto dissuadir-me de fazer as apreciações no que ao tema de hoje contribui para esta assembleia. -----

Penso e acredito que todos leram o Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano para Manteigas para o ano de 2012. -----

Todos terão igualmente lido a ata do executivo e as respetivas participações dos interlocutores.

Terão ainda dado conta da evolução social, económica e financeira do concelho e em concreto da autarquia, cuja realidade nos remete para uma situação muito preocupante e da qual nenhum de nós se pode demitir de responsabilidades. -----

Mais do que esgrimir argumentos, promessas e acusações da “lana caprina”, temos de descer à terra e encarar com realismo a atual situação do concelho, não sendo de descurar qualquer contributo para resolver o acumular de responsabilidades devida e indevidamente assumidas ao longo destes anos. -----

Compreende-se factualmente agora, porque é que tudo era motivo para “cabimentar” em plano e orçamento. -----

Para além das receitas certas vindas do orçamento de estado, a imaginação era fértil e a vontade de angariar votos era tamanha que não se olhava a meios para dar ordens, cumprir vontades e dar corpo a despesas sem se saber se estavam autorizadas em orçamento, acumulando contas sobre contas e atraindo quem fazia das tripas coração para fazer cumprir aquilo a que se tinha proposto. -----

Nem o mais humilde e responsável gestor escaparia. -----

Surpresa das surpresas. Não escapam os atuais nem os anteriores.

Neste momento parece o salve-se quem puder. Mas não, não será assim.

Haverá de certeza vontades que ponha ordem nas contas, gerindo e distribuindo justiça.

Assim haja vontade.

Dá-se conta ao fim de dois anos da dificuldade em aceitar o virar de página ocorrido em 2009.

Não se compreende é a forma e a argumentação apresentada, perante o fracasso de uma gestão política ultrapassada no princípio e na forma.

O povo disse de sua justiça e voltará a dizê-lo no final de 2013.

Teria sido surpresa para todos a “tática” utilizada para abordar o adversário político – PSD vs PS – e tentar dismantlar as ditas promessas de há dois anos e olvidar o corropio de promessas de dezasseis anos, nem mais nem menos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Uma infinidade de vontades não cumpridas num período de vacas gordas em que até os meios de comunicação social apregoavam a toda a voz os fabulosos lucros dos bancos e que as autarquias não precisavam de correr muito, houvesse projeto aprovado, e o dinheiro aparecia.

Muitos foram os municípios que aproveitaram, Manteigas era um caso aparte e aquilo que se prometeu e não foi feito, terá de o ser agora.

DIZ O DITADO, NÃO EXIJAS DOS OUTROS AQUILO QUE TU PRÓPRIO NÃO SAIBAS FAZER.

As incapacidades de outrora transformaram-se nas exigências de hoje.

Abissal.

É um perfeito descalabro.

Dá-se conta que estamos perante um orçamento realista, sem utopia, o que já tardava em acontecer.

Faremos aquilo que as disponibilidades financeiros nos permitirem fazer, sem sonhar alto, assumindo e respondendo pelas responsabilidades assumidas por outros sem terem sido autorizadas pela assembleia, não descurando trabalho e imaginação para elaborar projetos que permitam atenuar a inércia e o laxismo verificados durante quase duas décadas.

Em casa onde não há pão todos ralham e nenhum tem razão, diz o povo.

A dívida em 30.10.2009 era de 1,750.000 mil euros;

Entretanto subiu para 3,672.000 euros, depois de contabilizados os compromissos em curso;

O mapa de fornecedores atual apresenta-nos valores da ordem dos 2,5 milhões de euros;

Nos últimos dois anos, a receita diminui cerca de 1.500.000 mil euros;

Perante esta difícil situação, que recursos tem a autarquia para que possam contribuir no imediato para solver as responsabilidades?

Acredito que esta constatação seja mais importante do que o esgrimir de argumentos reveladores de revanchismo, ofensas, ou outras do género, que em vez de enobrecem o discurso e enaltecerem os interlocutores só contribuem para a hostilização e o empobrecimento da nossa cultura e da nossa democracia."

-----O senhor Deputado Nuno Soares usando da palavra e sobre este ponto começou por dizer: Senhor Presidente antes de entrar na apreciação do documento, queria dizer que infelizmente, a Câmara propõe-nos um orçamento que mais uma vez fere a legalidade.

Vou pedir ao Senhor Presidente da Mesa que me permita ler aqui um parágrafo da ata nº 9 da Assembleia Municipal de 29 de abril de 2011 da página 182, que diz assim: "O Senhor Presidente da Câmara Municipal solicitou a palavra para dizer que o direito de oposição prevê um determinado cumprimento por parte do executivo e por isso, e como já havia referido em reunião de Câmara, este executivo está a alterar muitas coisas e esta será uma delas, pelo que o que a Lei propuser, e o serviço jurídico está a analisá-la, será aplicado. Continuou afirmando que também ele lamenta que esta Lei ao ser do conhecimento do Senhor Deputado, a não tenha mencionado mais cedo, podendo agora invocar que a desconhecia, mas tal não é o caso.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Disse ainda que ao saber da Lei, o Senhor Deputado guardou o conhecimento da mesma em vez de ter aconselhado o anterior executivo a consultar a oposição. Terminou deixando o compromisso do executivo em cumprir o que está estipulado na Lei.”

A lei a que o senhor Presidente da Câmara se referia é o estatuto da oposição e o senhor deputado a quem respondia era a mim próprio.

Terminou deixando o compromisso de que o executivo iria cumprir o que está estipulado na lei.

Portanto senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia os senhores não cumpriram, mais uma vez, a lei, porque nem o grupo municipal do PSD, e tanto quanto julgo saber o senhor deputado da CDU que na mesma data manifestou a intenção de ser ouvido na elaboração do orçamento, não fomos ouvidos. Portanto mais uma vez a Câmara incorre ilegalidade.

Infelizmente é habitual e rotineiro em todas as assembleias a câmara não nos fazer propostas feitas em legalidade.

Quantas e quantas vezes já tivemos que andar a amaneirar pedidos de erros cometidos, hoje já voltámos ao mesmo e fiz declaração de voto para que não haja dúvidas sobre a situação, mas mais uma vez, volto a dizer a Câmara no ano passado não cumpriu teoricamente por desconhecimento, não sei, que conhecimento é que poderia haver, comprometeu-se e mais uma vez falhou.

Quanto ao documento propriamente dito, felizmente ao contrário do que disse há pouco, felizmente a câmara apresentou um bom trabalho desta vez, porque ao colocar uma opção b) do orçamento do ano passado, facilita muito em termos comparativos. Mas ainda assim tenho algumas considerações a fazer, a primeira consideração é sobre a repetição, fastidiosa, da tal dívida que afinal o senhor Presidente da Câmara já reconheceu que não seria exatamente assim, porque na última reunião onde foi aprovado o orçamento, como não podia deixar de ser voltou à baila e finalmente vemos repercutido na ata do executivo, dessa aprovação, de facto e contrariamente ao que tinha sido dito até agora, o executivo anterior deixou mesmo um milhão e duzentos mil euros de reembolso. Se quiserem constatar está na página 441 da ata que foi enviada por email a uma boa parte dos deputados.

Se a esses tais, fabulosos, um milhão e setecentos e quarenta e três mil euros de dívidas do mandato anterior eu nunca consegui perceber porque apesar de ter visto varias vezes a documentação que me levasse a uma clarificação deste ponto a Câmara tem insistido em encomendar formação ao partidos e muitas vezes sem dizer exatamente aquilo que eu pedi, apesar de muitas vezes eu ter repetido, por escrito, em vários pontos o que é que queria, exatamente, para analisar essa situação. Até à data ainda não chegou e penso que nessa altura, tirando a justificação para aquilo que vai acontecendo acho que acaba por e de facto aquilo que era necessário e aquilo que me interessava era o reconhecimento que o senhor presidente fez na última reunião de Câmara.

Quanto ao documento propriamente dito, parece-me que é muito ambicioso, ambição nos quatro milhões e oitocentos mil euros, se não me está a falhar a memória, dos fundos comunitários é que as transferências do orçamento de estado são aquelas que são aquelas que são confirmadas, as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

receitas próprias do município são 4% e não vale a pena estarmos aqui a inventar outros valores. Aquilo que de facto está aqui em discussão será os mais quatro milhões que o executivo apresenta, o plano com financiamento garantido para o ano de 2012. E toda esta discussão se resume a este valor, sabemos por aquilo que tem saído na comunicação social que foi feita uma renegociação do QREN e que alguns dos projetos que já foram aprovados e até de obras feitas no anterior mandato, já devem direito a reembolso, poderão ser majorados até 95% em algumas situações. O que quer dizer que a câmara, que já recebeu de reembolso e que estão nas contas que já foram aprovadas, não vale a pena estar a dizer que sim ou que não, todos os que estamos aqui aprovamos, portanto sabemos, ou devíamos saber bem. Eu gostaria é que o senhor presidente, desta vez, me respondesse à pergunta que eu lhe fiz, aqui há cerca de um ano atrás, que foi o valor do corte nas receitas que já na altura eram previsíveis, contrariamente aquilo que algumas agora querem fazer crer, já há um ano atrás se previa a redução de verbas, já tinha havido para algumas verbas em algum sítio e previa-se, claramente, que ia haver mais cortes, só quem andasse completamente desatento, ou alguém que acreditasse piamente na filosofia do Eng.º Sócrates é que poderia achar de facto que nós iríamos passar mais ou menos de ânimo leve em relação à crise, que já era internacional na altura, mas que em Portugal teve aquela varinha de condão perfeitamente socialista que foi levar - nos praticamente à banca rota, que só não aconteceu porque o FMI e o Banco Central Europeu nos deitaram a mão quando estávamos com o pé no precipício. Portanto, voltando, à questão que eu estava a tentar reclamar, de facto, esses quatro milhões e oitocentos mil euros dos fundos comunitários serão aquilo que nos interessam em termos de consumo.

O senhor Presidente na altura disse que a Câmara não iria deixar de fazer nada...que haveria imaginação e que haveria com certeza forma de comprovar ao governo, que para que Manteigas não ficasse mais uma vez parada. Mas de facto aquilo que o Partido Socialista apresentou aos eleitores em outubro de 2009 uma boa parte destes projetos desapareceram do quadro e a tal situação criticada pelo senhor Deputado Albino Cardoso, e já não é a primeira vez que em diversas intervenções no mesmo sentido, nesse ponto temos visões opostas da situação, de facto manteve a rubrica aberta às vezes por 100€ ou por um euro que seja, sinaliza que há uma intenção de se fazer, essa pelo menos é a interpretação que eu tenho, que obviamente poderão ter uma interpretação diferente, no entanto, eu trouxe este livrito para ler um textozinho que está aqui, chama-se "princípios contabilísticos", é de uma lei do estado português e diz: "sobre a continuidade princípio contabilístico da continuidade", parece que tem sido posto em causa mais do que uma vez nesta casa porque veio dívidas do mandato anterior, até parece que a Câmara morre quando sai um presidente e nasce uma câmara nova com um novo presidente, eu não consigo conceder uma coisa dessa forma e parece que quem pensou no sistema contabilístico também não concede, disse que "se considere que a empresa ou a entidade opere continuamente com uma determinada designação ". A tal sugestão do que no mandato anterior o que sobraram foi dívidas, afinal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

parece que sobraram dívidas e reembolso, são da Câmara não são de ninguém, nem do anterior executivo, nem do anterior executivo, são da Câmara Municipal.

Mas também há outro princípio contabilístico que diz “ que a demonstração e que os orçamentos devem ser consistentes, considere-se que a empresa não altera a sua política contabilística de um exercício para o outro”, mais uma vez contrariamente ao que está a ser feito, não temos, pela forma como tem sido feito nestes últimos 2 anos o orçamento, grandes opções do plano que continuam a não existir, da maneira como é feito o orçamento não permite comparabilidade porque não há continuidade orçamental.

A especialização dos custos, o princípio contabilístico diz que os proveitos e custos são reconhecidos quando obtidos ou incluídos, não diz, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Portanto mais uma vez o argumento das faturas que estavam cabimentadas e que não estavam pagas, não é dívida é um princípio contabilístico, está no POC.

O princípio da prudência significa que é possível integrar nas contas um grau de precaução ao fazer estimativas exigidas em condições de incerteza sem contudo permitir a criação de reservas ou contas, ou previsões excessivas.

Prudência, por acaso e só por acaso o senhor Presidente da República promulgou o Orçamento de Estado para 2012.. Caso contrário este orçamento teria, mais uma vez, uma falta de prudência aberrante, porque não previa valores necessários ao funcionamento da Câmara que apenas deixaram de ser necessários porque foi promulgado, hoje, o orçamento de estado.

Também o princípio da substância sobre a forma concretiza a mesma situação dos outros documentos anteriores, ou seja, o que é necessário quando se faz a adjudicação da obra é cabimentá-la. O pagamento decorre em momento diverso da cabimentação. E sobre o princípio da materialidade, eu sei que o senhor Presidente gosta de dizer que há faturas na gaveta, mas das faturas na gaveta eu vou responder uma coisa muito simples, tirando aquela fatura, se bem me recordo, de uma empresa que seria qualquer coisa “Luz Raia”, qualquer coisa parecido com isso, de facto não me parece que tivesse pagamento orçamental, que estivesse inserido no orçamento para 2009, todas as outras foram apresentadas pelo executivo e o senhor Presidente já me fez chegar alguns documentos em mais que uma situação, para mim não tenho dúvida nenhuma que todas estavam devidamente espelhadas no orçamento que foi aprovado para 2009. Portanto, dizer que desconhecia a situação é dizer que até 2009, até mais propriamente novembro de 2009, ou não esteve atendo ou não teve conhecimento da forma como funcionava a instituição, o que seria grave uma vez que já era Vereador há 4 anos, é muito grave que isto tenha acontecido.

Portanto a questão que eu tenho para colocar é: uma vez que o orçamento e o plano plurianual, tem uma verba de fundos comunitários que não tem qualquer correspondência, em termos de cálculo, com as verbas do orçamento pedia ao senhor Presidente que explicasse matematicamente, não precisa de ser uma grande elaboração, podemos falar em números redondos, não temos que estar aqui ao pormenor, como é que se vai chegar a esse valor? E já agora dizer-lhes, também,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que não se esqueçam que vão ter de fazer uma revisão orçamental, porque a devolução dos 5% aos munícipes não está contemplada no orçamento.

-----O senhor Deputado Novo de Matos também no uso da palavra disse: *li com atenção esta parte inicial, parte escrita da apresentação, são 16 páginas, e de facto, eu já disse isto várias vezes, sempre que se faz um relatório seja do que for, há regras mínimas de o fazer, e de facto quando se usam siglas sejam elas as mais conhecidas, a primeira vez que se usa a sigla tem de vir precedida da palavra por extenso e a sigla vem entre parêntesis, a partir daí, ou então vem no fim a tradução das siglas usadas, aqui mais uma vez há siglas que não estão explicadas, e como eu não sou um perito em siglas, algumas coisas não percebi pela ausência dessa explicação.*

Em relação aqui a página 6 eu gostava de dizer, de facto, o Vale Glaciar do Zêzere foi classificado Maravilha Natural, Património Natural, mas o que eu tenho visto nos últimos 20 anos ou 30, talvez os últimos 20, foi a forma agressiva com que o Vale foi tratado. O Vale é uma realidade e eu quero só lembrar que da classificação à desclassificação, mesmo pela UNESCO de um património é um passo muito pequeno, muito curto. Deixo aqui um alerta para que não se deixe, realmente, que o Vale atinja a degradação que leva à desclassificação. Uma questão é a utilidade patrimonial natural, como património natural, a outra questão é como património lucrativo, entre aspas, para esta terra. Eu gostava de saber, provavelmente não têm estes números, mas eu gostava muito de saber se havia alguma estatística que nos mostrasse o número de turistas que vêm a Manteigas após construção daquelas aberrações estranhíssimas que são em cimento, armado, bem grosso, por ali acima, pelo Vale acima e que impedem que haja entradas de camionetas com turistas, nesta terra. Deve haver uma diferença não é?! E isso não foi preservar o Vale, isso foi mais uma vez destruir, foi criado um impacto negativo terrível em termos paisagísticos, foi destruir o Vale, eu até nem percebo como é que isto foi classificado depois desta aberração, para não falar das outras aberrações que todos conhecem, aquelas redes estranhíssimas nos sítios onde não têm pedras, bom não compreendo de facto. Isto não tem a ver com o relatório mas tem a ver com o ponto 2.1 num turismo, que diz mesmo turismo. Portanto gostava de saber se a Câmara tem os números do número de turistas que visitavam antes e depois disto, porque realmente hoje em dia eu venho cá com regularidade, pelo menos nas assembleias e de facto tive hoje uma notícia muito boa do senhor Presidente da Câmara que me diz que Manteigas tem todas as camas de hotelaria, pelo menos, provavelmente oficial, preenchidas, isso é muitíssimo bom, mas de facto não tenho visto nos últimos tempos essa grande dinâmica, ainda bem que é assim e fico muito contente por isso.

Há depois aqui na parte do ambiente, ponto 7, várias coisas, uma delas é o Centro Interpretativo de Sensibilização Ambiental, Centro de Energias Renováveis, a Fábrica do Rio, a que diz que a construção está atualmente em franco desenvolvimento em 2012 deve estar já a funcionar. Portanto a minha pergunta é quando está programado o início do funcionamento, pode ou não ser real, mas para já a programação? Tal como também esta Requalificação Paisagística da Zona da Várzea, aqui a pergunta é um pouco diferente, eu não consegui encontrar, provavelmente está



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

adjudicado aqui no orçamento em termos de despesas, mas é quanto custará, de facto, esta obra e qual é o tempo previsto para a sua conclusão?

Há aqui uma coisa engraçada sobre a Proteção Civil e a segurança, foi realizada, eu estou a ler o relatório “foram realizadas simulacros e ações de formação para melhor treinar”, isto é ótimo, e a minha pergunta é se estão previstos estes custos, não é, provavelmente estarão no orçamento, mas haverá já alguma calendarização destas ações, é uma vez por ano, é duas, é três, estão perfeitamente definidas a sua calendarização? Qual o numero de pessoas envolvidas? Que número de formadores existem? Qual a diferenciação técnica dos mesmos? E portanto como é que pensam executar este tipo de ação?

Depois, logo na página a seguir, fala-se também de equipamentos de segurança, dentro da mesma dinâmica, corretíssima, eu também gostava de saber que equipamentos? Especificações desses equipamentos e custos, dos respetivos equipamentos? Eu estou a falar em custos porque realmente o país está muito mal e provavelmente a câmara não estará melhor, mas eu já lá vou em relação à análise disso, partindo do relatório.

Depois aqui são pormenores de português, não entendo isto, na Quelha das Ferreiras jaz a degradação, jazer é morrer em português, a degradação morreu aquilo deve estar lindo, deve estar recuperadíssimo, considera-se que querem dizer que existe uma grande degradação portanto vai erguer o Centro de Artes e Ofícios, também gostava de saber o custo da obra e a data prevista para a conclusão?

Das obras de construção civil no Centro Interpretativo do Vale Glaciar do Zêzere, também a data de conclusão, gostava de perguntar quando vão pôr a funcionar?

Em relação ao BTT, os meus filhos foram campeões nacionais e pertenceram à seleção nacional e portanto quero-vos dizer que sempre achei que isto aqui era um paraíso de BTT, ao contrário de outras pessoas que achavam que isto era demasiado rico em termos ambientais, e o facto de se fazer BTT podia destruir este nicho ambiental, que é o Parque Natural da Serra da Estrela, que sempre foi contra.

Em relação ao planeamento, há muito tempo que se fala nisto, há anos, ainda sou do tempo, há quatro anos que não estou ativo aqui na Assembleia Municipal por motivos profissionais, mas eu realmente ouço falar nisto do Plano das Penhas Douradas já há muito tempo atrás e de facto era ótimo que realmente finalizassem este tal Plano de Pormenor das Penhas Douradas e também esta revisão, porque é importante em termos pessoais e políticos, porque quando nós soubermos o que é que pensam fazer de tudo aquilo, não só de Manteigas como Vila e como Concelho, mas também lá de cima das Penhas Douradas ficamos a perceber, exatamente, os conceitos subjacentes de desenvolvimento que os políticos, portanto quando eu falo nos políticos não é só a câmara porque isto envolve várias estruturas que pesam para o desenvolvimento desta terra e espero que o desenvolvimento não seja igual a destruição porque às vezes é.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

E só gostava de perguntar outra coisa em relação à saúde, que é da minha área, eu acho ótimo este apoio à Santa Casa da Misericórdia de Manteigas. As Santas Casas da Misericórdia em todas as terras deste país, independentemente de nós podermos concordar ou não com a política, dita, religiosa subjacente às mesmas, sempre foram instituições que ajudam as populações de forma positiva e portanto concordo perfeitamente com isto. Agora eu queria era perguntar que tipo de apoio? Mas a Câmara agora vai dizer apoio à Santa Casa da Misericórdia na abertura da Unidade de Cuidados Continuados Integrados, é espetacular isto é muitíssimo importante em termos de cuidados de saúde é talvez das coisas mais importantes, tal como a Unidade de Cuidados Primários, porque cada vez a população portuguesa, aqui também a nossa de Manteigas, vai envelhecendo mais e vai havendo necessidade, e também por outro lado, eles fecham hospitais, fecham camas de hospitais, põem o pessoal médico e de enfermagem na rua e portanto cada vez menos podem as pessoas ocupar hospitais por muito tempo, só o ocupar já é positivo, porque quer dizer que se arranjou uma cama para aquele doente. Portanto, por onde vão as pessoas?! Têm de ir para estas estruturas. E portanto pergunto que tipo de apoio é este, é um apoio logístico? É um apoio económico? Que tipo de apoio? Ou outro que não sei.

Eu só quero concluir agora e acabo já, e para que algumas destas coisas fique registado na próxima ata, não volto a dizer, mas aí já tenho que atuar a outro nível com certeza, mas eu acho as intenções deste relatório são muitíssimo boas, as intenções, realmente um individuo lê isto e lê sem estar a ver se é vermelho, verde, azul ou amarelo, a política não tem a ver com isto, pode ter secundariamente depois lá as questões dos dinheiros e da gestão dos dinheiros, mas eu acho de facto que isto é muitíssimo interessante. Mas a que distância é que a prática esta disto? Daqui até à prática como será?

E depois há aqui uma coisa interessantíssima, eu fiquei ainda mais impressionado, eu não quero falar da revista eu depois falarei do Boletim Municipal, mas quero dizer que quando se lê este relatório do orçamento para o ano 2012, será um ano teoricamente, dizem eles, terrível de dinheiros, não vai haver dinheiros, mas o conjunto de espetativas que são criadas por este relatório e a forma como ele está elaborado, é espetacular. Uma pessoa que viesse de fora e visse isto, e que lesse isto, e que não soubesse, e não vivesse cá, com as espetativas criadas ficava com a noção que Manteigas está um bocadinho fora da realidade económica portuguesa, mas estará?! É ótimo porque isto dá ideia que Manteigas está com um nível económico espetacular, em 2012 vai ser uma coisa espetacular. Era ótimo que assim fosse, e eu desejo que seja, mas penso que há uma grande diferença, um afastamento muito grande entre este ótimo relatório do ponto de vista teórico e a prática subjacente a ele no que será o ano 2012”.

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu no seguimento das intervenções efetuadas o seguinte: *começaria por me referir à intervenção do senhor Deputado Novo de Matos e registei que não se queixou da falta de consultas sobre as GOPS e o Orçamento na intervenção que acabou de fazer. Interpretei essa ausência de queixa como prova de ter recebido as consul-*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

tas. Tive alguma preocupação que fosse observado o estatuto da oposição e tanto quanto me foi dado conhecer foi enviado ao senhor Deputado Novo de Matos uma consulta sobre as GOPS e o Orçamento.

Relativamente à intervenção do senhor Deputado Nuno Soares no que respeita aos quatro milhões e oitocentos mil euros que constam como Fundos Comunitários a serem recebidos pela Câmara Municipal de Manteigas, eu julgo que vale a pena, como ele pediu, fazer aquele exercício matemático, para ver se a insinuada sobre orçamentação é tão irrealista assim como o foi no passado. Fui dos principais críticos no passado em relação ao empolamento que se fazia dos orçamentos, exatamente através desta verba, tive por isso a preocupação de fazer as contas para ver se realmente estes quatro milhões e oitocentos mil euros são, de facto, demais em relação àquilo que se pode fazer com a contrapartida nacional, ou seja, com os meios próprios que a Câmara tem e com aqueles vindos das transferências do Estado através do FEF. Cheguei à conclusão que apenas serão precisos oitocentos e cinquenta mil euros para fazer face ao total do investimento que estes quatro milhões e oitocentos mil irão proporcionar. Portanto não me parece irrealista, mesmo com um orçamento que todos reconhecemos é extremamente limitado nas receitas. Tive oportunidade de fazer uma análise comparativa com o orçamento de 2009, foi o último orçamento apresentado pelo anterior executivo municipal, e concluí que de facto é extremamente grave a falta de receitas do atual. De 2009 para 2012, no que respeita ao fundo de equilíbrio financeiro, ou seja, as transferências do estado para investimento em capital, a redução foi de um milhão e seiscentos mil euros. O que se poderia fazer com esse milhão e seiscentos mil euros se atualmente existissem como receita de capital era, realmente, importante. Só que eles não existem porque houve uma diminuição, sensível, nas transferências do Estado para a autarquia. Mas mesmo assim é importante aquilo que está previsto fazer-se. Julgo que todos terão dado uma vista de olhos e por isso não vou ser exaustivo. Ainda temos no orçamento previsto perto de seiscentos mil euros de obras que não foram liquidadas e que ainda são do anterior executivo e que têm de ser liquidadas por este orçamento de 2012. Seiscentos mil, pelo menos, é aquilo que vejo inscrito nas obras mais importantes, Nas duas verbas mais importantes acho um exagero estamos no terceiro ano após o 2009 e ainda se manterem por liquidar seiscentos mil euros. O senhor Presidente da Câmara diz que ainda será mais e admito que sim pois só nas duas obras com verbas mais importantes: “A ligação à EN 338 e o Caminho de São Sebastião”, só essas duas, somam seiscentos mil e efetivamente têm de ser pagas pelo orçamento de 2012 e por isso elas cá estão.

Também há os serviços de abastecimento de água e os serviços de saneamento que só eles atingem um milhão de euros no orçamento. São serviços que têm de ser assumidos por este orçamento e que apontam também para um milhão de euros. Já vamos em um milhão e seiscentos mil euros. Ora se mesmo assim ainda vamos conseguir fazer face ao ninho de empresas da SOTAVE, se vamos ainda fazer face à Biblioteca Municipal, se vamos ainda fazer face ao Centro de Energias Alternativas, com uma verba importante já para 2012, então estamos perante um grande



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

desafio. É de facto, como diz o Senhor Deputado Novo de Matos um programa ambicioso e de alguma forma um desafio para este executivo municipal. Só que há aqui uma diferença grande em relação àquilo que se verificou no passado.; é que nós agora vemos as obras no terreno, não as vemos só no papel senhores deputados, e eu acho que isso é que efetivamente há que valorizar.

De facto as dúvidas que o senhor Deputado Novo de Matos coloca em relação à possibilidade de executar este documento, que considera bem elaborado, é que terão de ser erradicadas. O senhor Deputado Novo de Matos, já não é de agora, habituou-nos no passado a fazer uma apreciação, normalmente, positiva por este tipo de documentos que depois o dececionavam na execução. Agora verá que lhe irão tirar as dúvidas em relação à probabilidade de os concretizar. Aquilo que agora constatamos senhor Deputado é que as obras estão no terreno, agora se vão ser executadas ainda dentro do prazo que este cabimento orçamental permite, ou se ainda vão passar algumas para o ano seguinte, neste momento não é fácil prevê-lo.

Em relação às irregularidades que o senhor Deputado Nuno Soares aponta. Eu devo dizer que também li a ata e as intervenções dos senhores Vereadores da Oposição na reunião da câmara que aprovou o orçamento e tive a oportunidade de as comparar com os mesmos documentos de 2009 e pasme-se: as irregularidades que são apontadas agora nos documentos de 2012 e nem são irregularidades são omissões, quando muito, são exatamente as mesmas que estavam no orçamento de 2009 que ainda foi da responsabilidade desses senhores Vereadores quando eram Maioria. Eu realmente não consigo perceber porque é que são levantadas pequenas questões do ponto de vista técnico com a elaboração dos mapas e das colunas preenchidas e não preenchidas, o financiamento definido e o não definido. Em 2009 o documento está exatamente igual. Portanto, não dá para entender como é que se colocam estas questões. O senhor Deputado Nuno Soares queixou-se de não ter sido consultado mas depois vem dizer que o orçamento foi igual ao do ano anterior, bem enfim, são observações que têm a ver com a luta política que aqui tem o seu lugar e é o lugar próprio para ela existir, mas que não têm correspondência com a realidade”.

-----O senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu: houve aqui declarações que foram feitas e que não têm qualquer tipo de resposta, que é, naturalmente o pensamento das pessoas, a sua opinião e o que é que eu hei de fazer contra as opiniões?! Discordar? respeito mas discordo.

Mas começava, exatamente, por responder ao Senhor deputado Nuno Soares.

Desde logo quando o senhor Deputado diz que nós teimamos em não cumprir a legalidade e fala no Estatuto do Direito da Oposição. Olhe senhor Deputado o Senhor disse que eu devia conhecer o Estatuto e disse que eu durante 4 anos que aqui estive devia conhecer o que se passava na Câmara. Quero dizer-lhe que nem quem cá estava e geria, certamente conhecia o que se passava.. Sabe porquê? Porque, eu não vou cansá-lo com as faturas, mas é verdade que havia faturas que não estavam registadas na contabilidade e se não estavam registadas quem geria não as conhecia. Estavam nos gabinetes técnicos, no gabinete político ou em outro gabinete qualquer,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

não eram conhecidas e por conseguinte não era só eu que desconhecia senhor Deputado. Como é que me podiam dar informações se porventura até quem geria desconhecia! Porque eu dei há tempos um documento ao senhor Deputado que tinha a ver com uma quantidade, até estão aqui marcadas, se quiser eu leio e se alguém me desmentir vamos ao registo da contabilidade e para que fique claro de uma vez por todas senhor Deputado quando o senhor diz “o senhor tinha-as cabimentadas” não continuem a confundir cabimentação com dívida. A dívida efetiva só existe quando a fatura é passada e é registada nos serviços financeiros. Não queiram deitar poeira para os olhos a ninguém. A cabimentação é uma reserva, digamos assim, de uma verba que está no orçamento, é a cativação daquela verba orçamental e não confundir orçamento com tesouraria. Uma coisa é o orçamento que é um documento previsional e outra coisa é o que entra na tesouraria. É verdade que há um Vereador do anterior executivo que dizia “O problema desta Câmara é a tesouraria”, pois é, mas quando se exige através do orçamento mais à tesouraria alguma coisa falha de certeza absoluta. E portanto senhor deputado eu vou poupar a leitura deste documento que aqui está.

Mas voltando ao Estatuto da Oposição, senhor Deputado, deixe-me dizer-lhe que o direito de oposição o que diz e foi absolutamente cumprido, o que diz é o seguinte a Lei 24/98 de 26 de maio diz o seguinte “os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgãos executivos têm direito de ser ouvidos” numero 3 do artigo 5º.

Os partidos não representados na Câmara, que fique claro, e representados na assembleia, quando é que devem ser ouvidos? A lei diz “as informações devem ser prestadas diretamente e em prazos razoáveis”, o que é o prazo razoável? Diz a CCDD “deverá ser logo que a câmara municipal tenha elaborado o projeto de plano e orçamento, ou seja, após a sua elaboração e anteriormente à aprovação dessas propostas em reunião de câmara” 58/08 da CCDD que está aqui em anexo. Tudo isto foi cumprido senhor deputado.

Para o senhor Deputado Novo de Matos foi enviado por carta registada e aviso de receção, dois dias antes de ser enviado para os senhores Vereadores, para se poder pronunciar. Portanto, confirmam lá quem rececionou o aviso de receção, pois está aqui a devolução assinada. Como o senhor deputado Nuno Soares também falou na falta de consulta ao senhor deputado Novo de Matos, tal não é verdade. Em relação à questão da ilegalidade estamos, aqui, entendidos.

Depois fala-me aqui na repetição fastidiosa da dívida, não vou voltar atrás porque o senhor tem o documento sobre essa matéria.

Depois fala-me na previsão dos quatro milhões e oitocentos mil euros dos fundos comunitários. Eu quero-lhe dizer que é perfeitamente possível senhor Deputado. Sabe porquê? Porque para além daquilo que temos creditado neste momento temos mais 15% dos fundos comunitários, como sabe, temos essa perspetiva de acomodação e que se deve, faça-se justiça, a execução do 3º quadro comunitário de apoio. Foi a execução deste quadro comunitário, foi a boa execução na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

altura, através de quem governava o país, que fez com que agora durante o QREN houvesse esta majoração de 15%. E depois senhor Deputado é perfeitamente possível, sabe porquê? Porque a essas verbas vamos acumular mais as verbas do POPH, as verbas do projeto “Rampa”, as verbas dos PRODER’S que não estão na contratualização que entretanto se tinha feito através da Comurbeiras, não estão, mas nós conseguimos mais candidaturas e portanto através de todo este esforço vamos conseguir, de facto, esse financiamento. Mas o que é curioso senhor Deputado, e o senhor que leu tão bem os documentos no passado esqueceu-se de ver que em 2009 aquilo que o seu partido perspetivava em termos de arrecadação dos fundos comunitários eram exatamente cinco milhões, duzentos e sessenta e cinco mil euros, numa altura em que não havia programas abertos, numa altura em que não havia possibilidade de candidaturas, numa altura em que não tinham nenhum projeto feito, previram cinco milhões, duzentos e sessenta e cinco mil euros, não acha isto estranho?! Nós agora prevemos quatro milhões e oitocentos mil, naturalmente, porque as candidaturas foram feitas, porque as temos a andar e porque as temos aprovadas temos expectativas de financiamento. Mas vá ao orçamento de 2009 compare-o e veja o que é que lá está, nessa altura não lhe pareceu estranho, não achou estranho, acha agora, mas é que agora eu não estranho absolutamente nada. E pergunta como é que vão fazer para financiar o orçamento? Bom sem ser muito ambicioso, o senhor acabou por não fazer a pergunta completa, mas eu percebi claramente. Tínhamos de ter imaginação, é verdade, e se for preciso vamos aos empréstimos. Nós apenas contraímos um empréstimo, como sabe, para a compra da SOTAVE, não contraímos ainda nenhum empréstimo para financiar o orçamento, sabe disso? O que significa que há uma reserva onde podemos ir em termos de empréstimo porque ainda temos capacidade de empréstimo, é verdade que neste momento é calculado doutra forma.

O senhor Deputado disse que já sabia que ia haver diminuição de receitas. Olhe, eu sabia-o no passado, não o sabia para este ano, o senhor é que adivinhou. Quando o seu partido fosse eleito, embora tenha andado a apregoar que não aumentava os impostos, que não cortava os subsídios de férias, nem de Natal, que não havia problemas para a sociedade portuguesa, o senhor já imaginava que ia haver cortes, bem o líder do seu partido não era isso que dizia um mês antes de ser eleito. Mas a realidade é diferente, é que de facto há cortes, nos subsídios dos trabalhadores, nos subsídios dos pensionistas, nos funcionários públicos, há cortes nos subsídios às autarquias, há cortes em tudo, ainda por cima aumento de juros, aumento de impostos e como sabe veio agravar significativamente aquilo que nós pensávamos para o nosso concelho, é que o plano de atividades não se financia através só daquilo que são as transferências diretas, financia-se, também, através daqueles que nos visitam, que podem deixar capacidade económica no concelho, e neste momento não vêm porque aumentaram, entretanto, as SCUT’S. Diga-me lá que foi o Paulo Campos que decidiu que as SCUT’S iam ser aumentadas, aliás, que as autoestradas iam ser pagas, diga-me lá isso! E eu dir-lhe-ei que o Paulo Campos, naturalmente, foi demitido quando se demitiu o Sócrates. E portanto quem governou, quem decidiu que ia haver portagens foi este governo, não foi o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

governo anterior. Portanto essa é mais uma machadada nas nossas receitas, de receitas indiretas, como é óbvio.

Eu pensava que os portugueses quando escolheram uma nova força política ou um novo político para governar que era para melhorar, assim prometeram. O senhor não, o senhor já tinha certezas, já sabia o que ia acontecer.

A filosofia agora do governo é o aumento do tempo de trabalho, o aumento do horário de trabalho, o senhor sabe.

Foram direitos conquistados no 25 de Abril e que foram consolidados ao longo destes anos de democracia, sabe disso. E portanto, compara algumas coisas do passado com o tempo atual é perfeitamente possível. Mas olhe muitas coisas delas para pior, porque pedem-nos esperança, esperança e acho que já não vamos ter tanta esperança como podíamos ter.

Diz-me que há projetos que desapareceram do Plano de Atividades. É verdade senhor Deputado! É verdade e nós temos a coragem de os tirar do Plano de Atividades, nós temos essa coragem. E eu desafio o senhor Deputado numa perspetiva de um projeto futuro de uma conjuntura, seja um projeto pessoal, seja um projeto político ou profissional. Eu desafio-o a criar uma conjuntura positiva e depois fazer o seguinte, geri-lo num quadro de crise dramática com o que não contava. Porque eu não contava com esta crise dramática senhor Deputado, quando nós perspetivámos o documento para o desenvolvimento do Concelho, não contávamos com este quadro dramático que agora estamos a viver. Esta é a realidade. Mas durante muitos anos os senhores governaram num quadro perfeitamente estável, num quadro financeiro económico perfeitamente estável e o que é que fizeram?! Eu já lhe digo o que é que fizeram. Durante os 16 anos fizeram 150 promessas que andaram consecutivamente nos Planos de Atividades sabendo que não os podiam cumprir, quer que leia algumas?! Eu posso ser fastidioso e ler-lhe algumas. Olhe o Centro Lúdico/Termal que nós abandonámos e os senhores trouxeram-no sempre no Plano de Atividades; o Pavilhão multiusos sempre no Plano de Atividade; o Centro de estágios de alto rendimento uma série de anos no Plano de Atividades, depois, eu não quero ser fastidioso, tenho aqui 150 que os senhores nunca tiraram dos Planos de Atividades, foram até ao fim de engodo em engodo, de engano em engano, prometendo aqui o que não estavam dispostos a cumprir. Agora nós abandonamos projetos mas com toda a consciência que o estamos a fazer, porque não é possível, de facto, pegarmos em projetos que numa conjuntura difícil e adversa não podem ser concretizados. E portanto, se a conjuntura mudasse nós contaríamos, naturalmente, levar o nosso plano até ao fim, na sua globalidade, porque como sabe o plano eleitoral também é sempre, quase que um orçamento, uma proposta e que varia, naturalmente, ou melhor está sujeita a variáveis externas que não têm a ver, exatamente, com aquilo que é a gestão da câmara.

Portanto, em relação aos projetos que desaparecem, senhor Deputado espero que tenha a consciência, aliás que tenha o cuidado de ver, se os trouxeram durante anos e anos a fio nos vossos planos eleitorais e nós vamos tirando porque não os conseguimos fazer, e isso é verdade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Depois o senhor Deputado dá-nos aqui uma lição de princípios contabilísticos só que já vem tarde, porque essa lição de princípios contabilísticos tinha de ser dada nos anos anteriores, durante os outros 16 anos. Porque em termos de serviços contabilísticos não há outro programa informático que não seja o da AIRC e que rege, de facto, o nosso Plano de Atividades e o nosso orçamento. E portanto os senhores que têm conhecimentos contabilísticos deviam os ter transmitido anteriormente, se calhar, algumas asneiras deviam ter sido evitadas.

Os lançamentos devem ser consistentes e são afirmações suas. As faturas que estavam cabimentadas e eu repito, a cabimentação não tem nada a ver com fatura senhor Deputado, tem a ver com compromissos. Quando se assume um compromisso cabimenta-se, a fatura vai depois da despesa realizada. Portanto de princípios contabilísticos acho que o senhor não leu bem o livro, o senhor confunde uma coisa com a outra.

O senhor diz que não tive conhecimento durante os 4 anos, acho que já lhe respondi. Olhe se calhar eu tinha conhecimento mais diretamente do que algumas pessoas que cá estavam. Sabia por exemplo que havia obras que tinham sido mandadas fazer e não tinham contrato e parece-me que havia Vereadores nesta casa que não sabiam que havia obras feitas sem terem contrato, porventura havia outros Vereadores que sabiam. E portanto em relação aos 4 anos que eu estive cá e que não dei conta, dei conta de muita coisa.

O senhor Deputado Novo de Matos critica a forma de apresentação, é uma crítica sua, que eu aceito, no que diz respeito às siglas, são pormenores que envolvem um documento deste tipo, também há pormenores que devem ser debatidos para além das questões financeiras, aceito perfeitamente esta questão colocada e iremos ter o cuidado de junto à sigla dizer por extenso o que ela significa, porventura quem faz isto já está mais familiarizado e não pensa, nem admite que outras pessoas possam não estar.

Depois fala-me das guardas das EN 338, já lá estão a algum tempo senhor Deputado, de facto, o senhor também disse que esteve uns anos sem participar nesta Assembleia Municipal, sem participar, efetivamente, com o seu contributo no município de Manteigas. Mas estas guardas já lá estão há uns largos anos e foi há uns largos anos que puseram aquelas guardas e estreitaram, ainda mais, a plataforma da estrada e é verdade o senhor tem toda a razão. Hoje é mais difícil passar lá do que há 10 anos atrás, curiosamente. Durante um determinado tempo as coisas em vez de melhorarem, pioraram já viu.

Depois fala-me da questão do Centro de Energias Renováveis. Não é para 2012 senhor Deputado, em 2012 ficará a primeira fase. Se vir bem, o senhor Deputado consultou uma série de projetos que não referenciou aqui na sua intervenção e pergunta várias vezes para quando? Aí está a apresentação por escrito mas se for depois às Opções do Plano tem a projeção das obras para os diversos anos. Tem para 2012, para 2013 e tem projeções para 2014 e quando se fala num PPI, fala-se tanto em PPI, agradeço ao senhor Presidente da Assembleia que há pouco fez a referência, que o documento é igual, a formatação é aqui igual aos anos anteriores em termos de aplica-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

ção informática que gere estes documentos, como é na Guarda, como é nas Câmaras Municipais que estão sobre o apoio e o trabalho profissional da AIRC. E portanto, aqui, não há dúvida nenhuma que há projeção para 2013, projeção para 2014 nalgumas rubricas. Nós não podemos é projetar as obras que temos no Quadro Comunitário para além de 2013 sob pena de vermos falhado todo o financiamento, não podemos projetar as nossas obras para além do término do Quadro Comunitário. E portanto é fácil de entender que algumas delas terão de, forçosamente, ser concluídas até 2013, isto é de conhecimento geral que o Quadro Comunitário, aliás o QREN vai exatamente a essa data.

A Qualificação Paisagística da Várzea, senhor Deputado Novo de Matos, está orçamentada, está em fase de comunicação de adjudicação, é portanto na Várzea, acho que sabe onde é?! Junto à Ponte dos Frades, onde estava a antiga ETAR, é de facto um projeto que já tem despesa, candidato-lo há pouco tempo, porventura, está em fase de aprovação, mas já tem despesa, já tem cerca de 140 mil euros que também não tinha suporte financeiro, foi a demolição da ETAR, toda a gente se lembra que naquela altura deitou-se abaixo a ETAR põe-se lá um cartaz “Aqui vai nascer”, olhe não nasceu lá nada. Ainda não nasceu nada mas felizmente há de nascer. E portanto já tem cento e trinta e tal mil euros, quase cento e quarenta mil euros de despesa que não tinha suporte financeiro e é preciso arranjar dinheiro para isto, é preciso, como para o tal milhão e setecentos mil, como para o milhão e novecentos mil de compromisso, portanto tudo isto são medidas como disse o senhor Presidente da Assembleia.

Proteção Civil, simulacros, senhor deputado neste momento ainda não temos calendarizados. Serão, naturalmente, calendarizados com todas as forças de segurança em particular com a Direção Distrital, aliás com o Centro Distrital de Proteção Civil, como sabe nada se fará sem o comando do Centro Distrital De Proteção Civil, aliás Centro Operacional da Operações de Socorro, estar de acordo e trabalhar connosco nestes processos. Iremos fazer, de facto, aqueles que forem possíveis, no ano passado também se fizeram alguns simulacros, mas ainda não estão calendarizados.

Equipamento de apoio, apoio por exemplo aos Bombeiros na compra de equipamentos de segurança e naturalmente, também, na compra de algum equipamento para a Câmara, para segurança em dias de neve, sinalização de perigo, ainda há dias colocámos um sinal que parece que não tem qualquer tipo de utilidade, pode parecer que não tem utilidade mas espero que resolva um problema de acidentes constantes ao fundo da Reta da Pedreira naquela curva mais apertada, é um sinal luminoso que lá está, é naturalmente, equipamento de segurança, faz parte deste conjunto. Quero dizer-lhe que a fatura daquele equipamento ainda não está paga, irá ser paga, ainda não está. Esse é um equipamento de segurança.

A Quelha das Ferreiras, os edifícios que foram demolidos estavam muito degradados e o que queremos fazer é o Centro de Artes e Ofícios. Para quando? Está espelhado nas grandes opções do Plano, se vir bem está para 2012 e 2013 a execução dessa obra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Faz referências ao BTT e quero dizer-lhe que foi um dos melhores cartazes que nós tivemos.. Embora haja algumas opiniões contrárias, que respeito mas com as quais não concordo, que o BTT trouxe projeção ao concelho é uma grande realidade. Não trouxe degradação da paisagem, degradação ambiental, degradação dos recursos naturais, não trouxe de certeza absoluta porque temos respeito, como o senhor tem, fazemos os possíveis para continuar a proteger a serra e o nosso concelho em particular. Algumas atividades vão repetir-se durante o ano de 2012, mas outras foram eliminadas porque achamos que não tiveram assim tanta vantagem. É bom reconhecer que algumas coisas não têm o mesmo proveito e não têm o mesmo impacto. Então têm que ser retiradas. A parceria que temos com a Federação Portuguesa de Ciclismo e a União Velocípédica Nacional vai-nos permitir continuar a atrair gente a Manteigas.

O Plano Pormenor das Penhas Douradas, contamos em 2012 tê-lo pronto. Eu neste momento não posso para já dizer-lhe o que está previsto, aliás posso fazê-lo depois da reunião se assim o entender e mostrar-lhe aquilo que está previsto, mostrar o que já está feito mas também pretendemos levar a cabo de uma vez por todas o Plano Diretor Municipal, o PDM.

A saúde - apoio à Santa Casa com que tipo de apoio? O apoio logístico, o apoio através dos funcionários da Câmara, ainda há bem pouco tempo foi necessário fazer a ligação do ramal da água, foram os nossos funcionários que lá foram fazer a ligação do ramal da água e do saneamento. Apoio também financeiro, há um protocolo celebrado e se vir também nas GOPS vê lá também a projeção financeira para pagamento de um protocolo que temos com a Santa Casa da Misericórdia também para apoio financeiro.

Diz o senhor daqui até à prática quanto tempo leva este documento, daqui até à prática, o senhor faz uma análise ao documento e diz que é um documento ótimo, extraordinário e ambicioso. É verdade! Ambicioso na medida do possível e com contenção. Quanto tempo leva? O documento que aqui temos é uma projeção para o ano de 2012, em particular, aliás, é uma previsão para 2012 em particular, mas com projeções para 2013 e também para algumas circunstâncias para 2014. Diz aí quando é que prevemos que as grandes opções do plano sejam levadas à prática.

O senhor questionou se existe alguns dados estatísticos em relação às visitas a Manteigas, não temos essas estatísticas, nem tenho estatísticas que lhe possa responder, que lhe possa dar que corresponda a uma pergunta tão simples quanto esta, houve aumento de turistas a Manteigas, aumento de visitas a Manteigas, não tenho números concretos senhor deputado e quero-lhe dizer que é extremamente difícil fazer, ou melhor, levar a que os reguladores económicos respondam a determinados inquéritos porque, não sei se é por desconfiança, se é por desconfiança de práticas, se calhar falaciosas ou menos corretas, menos credíveis, houve práticas que entendem agora que possam não ter credibilidade, é difícil levá-los a preencher esses formulários. Mas há coisas que são óbvias, o nosso conhecimento empírico leva-nos a perceber as coisas. Eu disse há pouco e repito, Manteigas não tem hoje uma única cama vazia, das camas oficiais e também daquelas paralelas, daquelas camas pirata, passo a expressão. Manteigas tem o alojamento completo, Man-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

teigas e quem cá está e tem ido e vai aos restaurantes e que vai aos estabelecimentos, quem está cá todos os dias e que vai aos restaurantes e que vê que mudam a sala duas vezes, têm mudado a sala duas vezes nesta última semana, percebe claramente que há um pouco mais de afluxo turístico, portanto se isto é por acaso certamente será, se é pela forma como a candidatura do Vale Glaciar chegou lá fora e deu a conhecer o concelho de Manteigas também será de certeza absoluta, se é porque Manteigas é notícia por questões positivas também de certeza absoluta. Portanto senhor Deputado, quero dizer-lhe que em relação às suas questões penso que respondi eu não tenho mais explicação, ou pelo menos mais esclarecimento em relação às questões que me foram colocadas”.

----- O senhor Deputado Albino Cardoso tomando a palavra referiu que: *“é conhecida a minha posição ao longo destes anos acerca da apresentação dos documentos cingindo-me essencialmente ao conteúdo, não à forma, nem à parte técnica, porque respeitávamos quem o elaborava. Agora remetia-me ao Estatuto dos Eleitos Locais, está provado que não há irregularidade, no ano passado houve uma, foi admitida e foi corrigida este ano, demonstraram que já foi corrigida e não temos a menor dúvida em reconhecer alguma coisa e corrigir quando temos que a corrigir, faz parte do nosso próprio conhecimento e da postura que temos nesta assembleia.*

----- O senhor Deputado Alfredo Marcelo usando da palavra disse: *“Eu queria pedir ao senhor Presidente que lesse a lista das dívidas ou entregasse a todos os deputados a lista para não haver discriminação positiva em relação ao senhor Deputado Nuno Soares. Também li a ata e ficou-se a saber que havia dívidas de um milhão setecentos e cinquenta e três mil seiscentos e cinquenta e cinco euros que não tinha qualquer tipo de financiamento e está na mesma folha da ata.*

Quanto à apresentação do documento é a continuidade da conjuntura de crise financeira, económica e social de 2010 que afeta a Europa, Portugal e gravemente o município de Manteigas. É com agrado que verifico que o senhor Presidente apesar da redução de receitas correntes continua a apostar no investimento para Manteigas. E como exemplos saliento na parte da ação social a criação de um fundo de emergência social nas situações de extrema carência, o Centro de demonstração ambiental de energias alternativas, um milhão, mais quinze mil para dois mil e treze e na cultura, cem mil para dois mil e treze mais cem mil para dois mil e catorze..

----- O senhor Deputado Manuel Carvalhinho no uso da palavra cumprimentou os presentes e referiu que *ao que julga saber as Grandes Opções do Plano têm sempre dois instrumentos: são o orçamento do ano corrente e o plano plurianual de investimento. Ora o plano plurianual de investimento tem um nome, ele não resulta propriamente das grandes opções do plano é exatamente ao contrário, elas é que resultam do primeiro e chame-se aquilo que se entender para lá de toda a apreciação que já foi feita ao documento por parte de quem melhor o entende, eu não o leio assim, e queria transmitir qual é a minha opinião em relação à inexistência do plano plurianual de investimento. É evidente que há despesas que podem ser, há obras que podem ser cabimentadas mais do que um ano, é normal, é natural! São obras enormes, são obras que devem ter nas gran-*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

des opções do plano, devem ter isso em vista, que se podem exceder por mais de um ano. Mas o plano plurianual de investimento não deve assim resultar. Nós acabámos de aprovar uma deliberação para que pudesse ser dado início ao processo para a aquisição de bens que são o combustível, não é o serviço do combustível que eu acho que o combustível é um bem. Eu não me recordo e posso estar enganado, eu não me recordo, pelo menos nos passados quatro anos que eu aqui estive como deputado, de ter vindo uma deliberação deste género à Assembleia. Assim ao lermos este artigo 22 que obriga, no seu nº 6, esta deliberação ter vindo, hoje à Assembleia ou melhor, passando a explicar, esta deliberação foi necessária ser produzida hoje aqui na Assembleia porque estamos a falar num investimento que vai ocupar uma execução orçamental para mais do que um ano. No ano seguinte ao princípio da despesa não vai ultrapassar cem mil euros, supostamente. Mas ele vem aqui, essencialmente, por uma questão, pela falta da alínea a), de ser um investimento que não resulta de um plano ou programa plurianual legalmente aprovado.

Ora, uma vez mais, o senhor Presidente poderá dizer que é a minha opinião, mas eu acho que gerir a Câmara, e podia ser um outro aspeto qualquer, mas para além de uma obra, que nós sabemos que vai demorar anos a fazer, estamos a falar de combustível, combustível que serve para a carrinha disto, serve para a carrinha daquilo e é óbvio que a câmara tem muitos automóveis. Estar a atuar desta maneira sem este plano plurianual e ser obrigado a trazer este tipo de deliberação à Assembleia, quando a Assembleia reúne de dois em dois, de três em três meses. Quanto a mim pode ser mais uma vez uma opinião, não me parece que seja uma gestão correta de uma câmara. Quer dizer que uma situação como o combustível nós temos que trazer à assembleia, isto pode estar já há dois meses em cima da mesa na câmara mas teve que esperar por esta assembleia para que se possa dar início ao processo de concurso. Estou a falar sem conhecimento de causa não sei até que ponto é que os combustíveis estão, pelo menos para este ano de 2011, estão assegurados, é evidente eu não sei, mas do ponto de vista de gestão parece-me que a existência do plano plurianual de investimento deixava de ter esta necessidade de trazer aqui este tipo de deliberações, que eu julgo, uma vez mais posso estar enganado, nos últimos quatro anos nunca houve esta necessidade. Agora se vão discutir que a forma como o plano plurianual de investimentos era apresentado nos mandatos anteriores, que eu saiba ele sempre o foi votado e não eram só as aprovações das grandes opções do plano, orçamento e plano plurianual, são os dois instrumentos das grandes opções do plano..

-----O senhor Deputado Paulo Costa cumprimentou todos os presentes neste Salão Nobre, desejou um ótimo ano de 2012 a esta Assembleia e referiu o seguinte: sobre as questões técnicas deste documento não me vou pronunciar pois reconheço capacidades técnicas aos que estiveram envolvidos na elaboração do mesmo documento, apenas um reparo, eu ao analisar o CD com os conteúdos do documento verifiquei que o índice não corresponde à paginação. Com certeza que estes Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2012 fui um documento difícil de elaborar pela conjuntura atual que apresenta muitas limitações que todos nós facilmente identificamos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Penso que nos devemos de preocupar é com um documento que apresente soluções ou que vá à procura delas para os problemas sociais que atingem este concelho e este Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2012, parecem-me que contemplam a aposta no desenvolvimento e promoção do concelho de Manteigas, refiro três exemplos: na área empreendedorismo a criação do nicho de empresas nas antigas instalações da SOTAVE; na área do turismo a promoção de atividades turísticas e desportivas de montanha; e na área do social o Fundo Municipal de Emergência Social, penso que neste documento poderá estar parte da solução para alguns dos problemas socioeconómicos do concelho de Manteigas.

Aproveito também para dar os parabéns à câmara municipal pela aposta em 2011 nas atividades de BTT, pela prova de ultra resistência e pelo festival Serra da Estrela, de facto estas atividades promovem o território e desenvolvem a restauração local.

----- O senhor Deputado Nuno Soares pedindo novamente a palavra disse que obviamente não pretendia nesta segunda intervenção fazer, novamente, uma consideração de fundo que já foi feita. A questão é que o senhor Presidente da Câmara quando interveio deixou sem resposta algumas das questões que foram levantadas.

Começando pela Lei 24/98, estatuto da oposição, o senhor presidente leu uma parte da lei que não tenho qualquer dúvida de que o terá feito corretamente, embora, não tenha seguido o texto na altura, mas eu gostaria de lhe ler o nº 3 porque o senhor presidente não o leu que diz assim: "os partidos políticos representados nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não façam parte dos correspondentes órgão executivos ou que neles não assumam pelouros", se o senhor presidente quiser acompanhar a leitura! "ou que neles não assumam pelouros, os vereadores do PSD do executivo municipal não tem pelouros distribuídos", portanto, aplica-se, clara e diretamente a situação em que têm o direito de ser ouvidos sobre as propostas dos respetivos orçamentos.

Quanto a isto, penso que ficou perfeitamente claro. Sobre outra afirmação do senhor Presidente, sobre a minha previsão do que ia a acontecer de mau no futuro, infelizmente já o tinha não precisei de emendar. E quanto ao eleito do meu partido também não tenho problema nenhum de discordar dele, discordei dele no momento em que foi eleito para presidente do partido portanto.

Quanto às SCUTS sabemos perfeitamente quem é que construiu obras insustentáveis, não foi nenhuma feita pelo governo PSD, passamos à frente sem problema absolutamente nenhum.

Sobre a facilidade do mandato anterior estamos perfeitamente conversados, o senhor Presidente hoje teve oportunidade de o dizer e todos ouvimos. Não havia quadro comunitário a funcionar, no anterior mandato e era fácil conseguir verbas sem quadro comunitário. Gostaria que o senhor Presidente algum dia me dissesse como é que fazia.

Não há dúvida nenhuma que algumas situações que foram relatadas são verdadeiras, mas não podemos esquecer que o enquadramento legal era diferente, portanto não estamos a comparar realidades comparáveis, estamos a comparar realidades que são diferentes. Mas a pergunta essencial e que reitero e que se for necessário passarei a requerimento escrito é tão simples



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

quanto isto: o orçamento nas grandes opções do plano, qualquer das páginas podemos ver isto, existem quatro milhões e oitocentos mil, em números redondos, de fundos comunitários, o único e diz aqui, podem ver todos porque todos têm documentos, financiamento definido. Posso dar como exemplo o centro de demonstração ambiental e energias alternativas, um milhão de euros, financiamento definido. Portanto, isto não é vamos ver de onde vem, é de facto definido. Se é definido então volto a dizer a única verba que foi participada a esta assembleia e que é pública são dois milhões de euros, negociados com a Comurbeiras para financiamento de obras no município de Manteigas. Onde estão os dois milhões e oitocentos mil que faltam para os quatro milhões e oitocentos mil? Com quem é que estão contratualizados? Posso dar-lhe um exemplo senhor Presidente: a Biblioteca Municipal tem cem mil euros de verba definida para o ano de 2012. Quem é que vai financiar isto? Resulta da leitura da ata que a câmara ainda não tem a candidatura aprovada. De onde vêm estes cem mil euros? É tão simples como isto. É isto que eu quero que me responda, não é difícil.

Mas já agora só um breve comentário para obras como o Centro de Demonstração Ambiental tem um milhão de euros de provisionamento, ou a requalificação paisagística da Várzea que tem quinhentos mil euros de financiamento já garantido e que eu até me congratulava se fosse verdade.

-----O senhor Deputado Novo de Matos também pedindo novamente a palavra referiu que não viu em nenhuma rubrica, mas deve ter sido falha sua porque não percebe muito disso e na sequência da discussão de pontos anteriores, gostava de saber onde é que está a tal rubrica orçamental onde tem de estar previsto o reembolso dos 5% do IRS. A minha pergunta é: onde está?

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia respondeu ao senhor Deputado Novo de Matos dizendo-lhe que não estava prevista como já tinha sido referido. Deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões que agora foram colocadas.

-----O senhor Presidente da Câmara em repostas as questões colocadas começou por responder ao que foi dito pelo Senhor Deputado Manuel Carvalhinho quando coloca a questão do plano plurianual de investimentos. Afinal há projeções aí para vários anos. O senhor lembra-se alguma vez de um plano plurianual de investimentos como documento único apresentado enquanto foi Deputado nesta Assembleia, lembra? Não lembra senhor Deputado. Porque é de facto neste documento que se fazem as projeções das GOPS. Não lembra, também não havia. Agora é que se fala muito em PPI, é uma fixação, eu acredito que já é uma fixação, mas respeito.

Senhor Deputado Nuno Soares, o parecer que eu aqui tenho é um parecer jurídico. Solicitei à nossa jurista da Câmara e que lhe posso facultar. Está até manuscrito com a caligrafia da nossa jurista. Mas já agora também lhe faço a mesma pergunta. O Estatuto do Direito da Oposição alguma vez foi cumprido durante 16 anos como já foi referenciado pelo senhor Deputado Albino Cardoso?"

-----O senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por encerrado o debate deste ponto e colocou-o de imediato à votação, tendo sido aprovadas as Grandes Opções do Plano e Orçamen-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

to para o ano 2012 por maioria com a seguinte votação: 11 votos a favor; 1 abstenção e 4 votos contra.

Esta proposta foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

-----O senhor Deputado Pedro Soares apresentou a seguinte declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Em 02 de outubro do corrente ano, foram enviadas via fax, pelo ofício nº 150, propostas da Junta de Freguesia de Sameiro, à Câmara Municipal de Manteigas, para serem integradas no Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2012.

As obras propostas foram as seguintes:

a) Arranjo dos muros de suporte e colocação de asfalto ou calçada na Rua 25 de Abril (Caminho do Covão – Chão das Nogueiras) até ao largo existente;

b) Arranjo do ribeiro no centro da Aldeia, com readaptação dos açudes ali existentes e colocação de um calçadão;

c) Construção de um fontanário no Caneiro, ao cimo da Rua do Caneiro, com arranjo do espaço envolvente, designadamente execução de muro de suporte e colocação de grade de proteção ao caminho em madeira;

d) Colocação de rails de proteção no caminho do Vale, nas zonas que apresentam maior perigo;

e) Colocação de grades de proteção em madeira no caminho das Quelhas, nas zonas que apresentam maior perigo;

f) Revestimento em pedra de xisto do muro em betão construído no largo da Rua Tenente Coronel José Biscaia Rabaça, junto à Sede da Junta de Freguesia;

g) Elaboração de projetos das açudes da Tapada, Confraria e Cia Velha, a serem construídas no Rio Zêzere para regadio dos terrenos das margens e execução das respetivas obras;

h) Arranjo do muro de suporte e do jardim no largo junto à Escola do 1º Ciclo;

Destas propostas nem uma foi considerada no Plano de Atividades e Orçamento para 2012.

É de lamentar a postura desta Câmara Municipal, no que à freguesia de Sameiro diz respeito, marginalizando-a e desprezando-a completamente. Esta Câmara Municipal parece mais um executivo da Vila de Manteigas do que do Município de Manteigas. Vejamos o volume de investimento feito na vila e o que foi realizado na freguesia rural de Sameiro.

Assim, na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, e na defesa dos direitos e ambições da população que represento, voto contra o Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal de Manteigas para o ano de 2012.

Sameiro, 30 de dezembro de 2011

O Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, por inerência, Membro da Assembleia Municipal de Manteigas.

Do Grupo Municipal do Partido Socialista também foi apresentada a seguinte declaração de voto:



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

DECLARAÇÃO DE VOTO

Desta vez os Senhores Vereadores da Oposição fizeram questão de exigir que a Ata da reunião da Câmara que aprovou as Grandes Opções do Plano – GOP's e Orçamento de 2012 fosse enviada aos membros da Assembleia Municipal a tempo desta nossa reunião. Seguramente o fizeram para nos dar a conhecer as suas intervenções e a declaração de voto conjunta. É uma exigência que se compreende mas que tirou brilho às intervenções dos Senhores Deputados do Grupo Municipal do PSD que só poderiam ter sido originais se tivessem repudiado os dislates dos seus correligionários que constam de tal Ata. Temos sempre muito gosto em contraditar as intervenções dos Senhores Deputados da Oposição, mas desta vez fomos compelidos a privilegiar as intervenções dos referidos Senhores Vereadores. Seria aliás uma desconsideração, que não queremos cometer, não corresponder ao empenho que demonstraram em nos fazer chegar atempadamente a Ata da Câmara onde constam tais intervenções.

Como já aconteceu no passado foi privilegiada a crítica mais técnica e menos política sobre os documentos em apreço e seremos por isso forçados a fazer também uma breve apreciação técnica, necessariamente comparada, servindo-nos para o efeito das últimas GOP's e Orçamento para o ano de 2009. Acreditem que não foi para confrontá-los com o rigor que agora reclamam nos documentos de 2012, que fomos buscar os documentos de 2009 que logo na capa têm uma maqueta virtual do Centro de Energias Renováveis com os painéis solares colocados ao contrário. Em vez de os colocarem na aba do telhado virado a sul foi na aba virada norte, que quase não tem exposição solar, que os mesmos foram colocados. Os documentos de 2009 foram ainda da responsabilidade dos Senhores Vereadores, enquanto Presidente e Vice-presidente do anterior executivo municipal, pelo que deveria ser com eles que a análise comparada teria de ser feita.

Dizem-nos agora os Senhores Vereadores que não consta para 2012 na respetiva coluna das GOP's qualquer "financiamento não definido" e que todo o financiamento está definido. E perguntam de forma algo áspera onde e quem garantiu tal financiamento? Dizemos nós com cordialidade que terá sido garantido no mesmo local e por quem o garantiu nas GOP's de 2009 onde também não consta qualquer financiamento por definir.

Referem que mais de 90% das ações não têm qualquer verba inscrita nas colunas de anos seguintes. Não contámos todas as ações constantes das GOP's de 2009 mas, pelo número de páginas, estimámos que seriam perto de mil as ações nelas inscritas. Como contámos apenas três dessas ações com verbas inscritas em anos seguintes concluímos que mais de 99% das ações das GOP's de 2009 não tinham inscrição para os anos seguintes. E não nos digam que por ser o último ano de mandato nada deveriam inscrever. Com toda a simpatia e cordialidade nós diremos que então nem essas três deveriam ter inscrito. Mas dizemos mais: bem necessário era que tivessem adiantado algum trabalho e inscrito para 2010-2011 e 2012 todas aquelas que não liquidaram e que o atual executivo anda desde então a pagar e tem por isso de as incluir ainda em orçamento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Reclamam por não constarem nas ações os montantes do “realizado”. Foi de facto um lapso informático na primeira impressão dos mapas. Para quem andou com ações sempre a zero no “realizado” durante dezasseis anos - vide Requalificação do Rossio/Quintal do Ferrão – aceitamos cordialmente que era de facto relevante saber se os novos responsáveis algo teriam feito por tão demorada quanto atribulada requalificação.

Queixam-se de que o QREN atrasou três anos por culpa do anterior Governo PS. Com frontalidade, mas cordialmente, lhes dizemos que bem poderiam ter aproveitado esse tempo para elaborarem os projetos que a atual Câmara não encontrou. Teve agora de os elaborar transformando meras intenções de investimento, que até eram consensuais e poderiam por isso ter sido adiantadas, em projetos capazes de suportar candidaturas. Perderam-se assim quase dois anos de execução. E vão ter que nos perdoar o populismo, mas com toda a cordialidade lhes dizemos que é preciso ter “lata” de vir agora criticar a taxa de execução que mesmo sem projetos em carteira foi, pasme-se, igual à do Vosso último ano de mandato.

Assumem os louros de terem conseguido uma contratualização de dois milhões de euros de fundos comunitários. Para quem tinha pedido 50 milhões digamos que se satisfizeram com pouco. Mas qual terá sido o mérito de terem conseguido esses parques 4%, perguntamos nós cordialmente. Tal verba resultou da “fefização”, isto é da distribuição equitativa per capita, do montante que foi pelo QREN consignado à COMURBEIRAS.

Deixemos no entanto a análise técnica dos documentos, que como se viu foram elaborados como no passado, e abordemos uma análise política bem mais adequada ao que se nos pede enquanto membros da Assembleia Municipal. Começemos pelo que é mais relevante. A enorme diminuição de receitas orçamentadas relativamente ao ano de 2009 que mantemos como é racional como referência. Só as transferências do Estado, sem contar as associadas aos fundos comunitários, apenas as do Fundo de Equilíbrio Financeiro – FEF, Fundo Social – FS e Outras tiveram uma redução de 2009 para 2012 de 1.591.273 € o que corresponde, se atendermos à inflação, a uma redução de cerca de 50% do total de transferências correntes e de capital. Se atendermos apenas às transferências de capital a diferença ainda é maior pois ultrapassa um milhão e seiscentos mil euros. Se tivéssemos esta disponibilidade de transferências podíamos com ela não só liquidar a dívida acumulada das entidades credoras, com exceção da das Águas do Zêzere e Coa que essa tem de ser renegociada, e ainda sobriaria dinheiro, com a gestão assertiva do vencimento de alguns desses créditos, para acorrer a outras candidaturas a submeter ao QREN. Só com o FEF de capital que foi orçamentado a mais para 2009 em relação a 2012 era possível suportar candidaturas de cerca de 800.000 € dado que a atual taxa de cofinanciamento atinge 85%.

Depois de uma redução tão drástica de 16,06% que ocorreu de 2010 para 2011, nas transferências de capital do FEF, voltou a verificar-se nova redução de 5% de 2011 para 2012. Só uma gestão muito rigorosa irá permitir como se encontra orçamentado um aumento de 1,34% na despesa de capital que só poderá ser conseguido à custa de uma diminuição de igual valor da despesa corrente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Com toda a cordialidade, não podemos deixar de dizer, por muito que possa custar a uma Oposição surpreendentemente cada vez mais irritadiça, que tem de merecer o aplauso de todos os Manteiguenses este desafio que se coloca à Maioria do executivo e que é assumido com galhardia de fazer mais com menos dinheiro.

Relativamente às dotações para Serviços de Água e Saneamento cujo montante conjunto já ultrapassa o milhão de euros consideramos que é urgente o Governo assumir que são escandalosos e irrealistas os aumentos que têm de ser orçamentados de 2009 para 2012 de 45% na água e de 395% no saneamento e forçar por isso uma negociação com as Águas do Zêzere e Coa que alivie este sufoco financeiro que representa já 10% do orçamento municipal. Relativamente às obras orçamentadas para 2012 registamos a dificuldade em encaixar em orçamento tão apertado obra nova, sobretudo quando constatamos que algumas das dotações mais elevadas ainda respeitam a obras deixadas por liquidar do mandato anterior, como é o caso da Ligação da Enxertada à ER 338 e o Caminho de São Sebastião cujas dotações atingem os 600.000 €. Apesar desta “desditosa herança”, expressão retirada da declaração de voto já referida dos Senhores Vereadores, que usamos com a devida vénia por a considerarmos muito assertiva, constatamos com agrado que com o restante orçamentado ainda será possível levar por diante obras como A requalificação da Várzea, a Biblioteca Municipal, o Centro de Interpretação do Vale do Zêzere e o Centro de Demonstração Ambiental e Energias Alternativas obras que, ao contrário do que acontecia no passado, teremos de nos habituar a ver não apenas no papel, mas já no terreno.

Por fim apraz-nos registar que das intervenções dos Senhores Vereadores concluímos que elogiam a nossa ação, enquanto fomos Oposição no passado, insinuando que a mesma era vigorosa. Os últimos resultados eleitorais provam a justeza de tal conclusão e por isso aceitamos o elogio, mas aconselhamos que a não imitem pelo menos da forma algo canhestra, perdoem-nos a dureza do qualificativo, como a estão a tentar. No entanto se mantiverem esse propósito, que transparece das Vossas intervenções, façam-no com mais elegância e evitem termos tão pouco polidos como “logro e intrujice”. Lembramos que sobre o mesmo tema da excessiva previsão de fundos comunitários, nos referíamos aos Vossos orçamentos, face à época em que eram apresentados, como sacos de Pai Natal cheios de ilusões. Agora pode ser que ainda sejam excessivas tais previsões, mas pelo menos já existem projetos capazes de suportarem candidaturas e não meras intenções de investimento. Tem pois que ser com mais rigor e com menos despeito e mais cordialidade que a Oposição deve ser exercida.

Pelo exposto damos o nosso voto favorável a estas Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2012.

----- O senhor Deputado Nuno Soares também apresentou a seguinte declaração de voto:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Transcorrido mais um ano, verificamos que o executivo municipal insiste no incumprimento na apresentação do Plano Plurianual de Atividades, o documento que permite verificar e analisar a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estratégia para o desenvolvimento do concelho de Manteigas. Esta teimosa insistência na omissão e no erro não pode deixar de preocupar os manteiguenses, querendo utilizar como justificação, comparações de situações, que até a nível legal, não podem ser comparadas.

Sem Plano Plurianual, quase dispensávamos o plano anual para 2012, melhor dizendo, a 2ª edição do plano de atividades para 2011, agora com um montante inferior em 7.295 euros no orçamento.

Mais! Onde está a avaliação das GOP's de 2011, reportada a outubro deste ano, e que devia servir de base às GOP's de 2012? Foi de propósito, ou por falta de registos?

E o que dizer dos montantes executados em anos anteriores? Não fossem as insistências junto do Executivo e o erro nem sequer tinha sido identificado.

Logo na apresentação do plano se percebe que foi um documento feito à pressa, em cima do joelho, com erros ortográficos grosseiros e utilização de palavras que significam o contrário do que se pretendia dizer. Podemos verificar a errata entretanto distribuída. E se é assim na forma, o que dizer do conteúdo? Sem ideias, sem estratégia, sem inovação, é com grande apreensão que Manteigas assiste à completa descoincidência entre um discurso eleitoral, onde havia algum discernimento, e as práticas, que cedo deixaram antever a falta de preparação e a falta de competência do executivo para responder às expectativas criadas. Da leitura dos documentos, facilmente se percebe o desalento, a falta de ambição, o negativismo, a desistência, como se as pessoas se tivessem arrependido de se envolver neste desafio exigente de fazer Manteigas sobreviver e salvaguardando-me de reproduzir a afirmação de um elemento do PS produzida há poucos minutos sobre o tema.

Percebemos que, nalguns aspetos, as circunstâncias não são favoráveis. Manteigas, ao contrário do que algumas pessoas achavam há pouco mais de dois anos, não é uma ilha, estando, por isso, sujeita às circunstâncias regionais, nacionais e internacionais. Há de facto mingua de recursos.

E como se enfrenta esta mingua de recursos? Com rigor, com contenção, com respeito pela legalidade, com definição de prioridades, com inteligência e, sobretudo, com muita imaginação. O povo gosta de música e florinhas, mas este não é o tempo do desperdício, do espetáculo e do folclore.

Como é possível, depois de assistirmos aos insistentes lamentos discursivos, que se continuam a gastar rios de dinheiro em cosméticos e cremes de beleza, quando o que é necessário é investir em projetos reprodutivos que gerem riqueza. Desde sempre que o Município de Manteigas não pode governar-se com os 4% de receitas próprias, pelo que a melhor forma de multiplicar o investimento é aplicar os recursos próprios em candidaturas aprovadas.

Em tempo nenhum a Câmara de Manteigas teve oportunidade de promover o investimento com taxas de comparticipação que rondam os 95%, como agora acontece, pelo que são inadmissíveis os queixumes e as lamúrias.

Como inadmissíveis são as referências à situação económico/financeira herdada, quando se pode verificar em todos os relatórios de contas que o saldo dos créditos do Município foi sempre supe-



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

rior ao das dívidas de curto prazo. Aliás, seria absolutamente incompreensível que se constatasse uma situação desconfortável e se insistisse, como vem acontecendo desde há dois anos, em gastos sumptuários e supérfluos e em despesa que nada nos traz. Não é por acaso que o prazo médio de pagamento das dívidas de curto triplicou e já ultrapassa os 120 dias, em manifesto desrespeito pela legalidade.

Não fosse a contratualização de uma verba que ultrapassa os dois milhões de euros no mandato anterior e estaríamos perante uma Câmara estagnada, tal a incapacidade e inépcia em conseguir novas candidaturas e angariar novos investimentos de entidades privadas no Concelho.

Quanto ao orçamento, assumindo com muita dificuldade que se trata de um orçamento, bastará folhear duas páginas para constatar o logro e a intrujice de tal documento. O pressuposto do orçamento é o seguinte: “vamos lá supor que a participação comunitária em projetos cofinanciados é de 4.680.000 euros.”. Já em 2010 e 2011 denunciámos esta trapaça, contrária a todas as regras da contabilidade, da gestão e da administração. Em vão, apesar de logo se ter verificado nas contas de gerência de 2010 que dos 5.340.000 euros de candidaturas previstos no orçamento só se terem recebido 1 milhão e 305 mil euros. Mas pasme-se, este valor, que corresponde a cerca de 24% do orçamentado, respeita ao reembolso das obras realizadas no mandato anterior provenientes de fundos comunitários. É ESTA A DESDITOSA HERANÇA?

Mais uma vez constatamos a omissão das fontes de financiamento na despesa, e só a preguiça e o desleixo de outros podem ser dados como explicação. Justificação igual podia ser dada para as inúmeras ações, a esmagadora maioria, fora do prazo de validade, cuja dotação nem zeros merecia. Mais uma vez valeram as insistências da oposição social-democrata para que também este erro fosse corrigido.

E o que dizer do “FINANCIAMENTO GARANTIDO” para todos os projetos? Onde e quem o garante? É óbvio que só uma pequena parcela está garantida.

Depois de o Senhor Presidente de Câmara, em resposta às dúvidas colocadas pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, ter insistido que tinha adquirido os edifícios dos CTT, é o próprio orçamento que vem desmentir tais afirmações.

De entre as raras virtudes que o orçamento contém, destacamos a dotação de 430.000 euros, em dois anos, para o ninho de empresas da Sotave. Depois de tanta relutância em fazer constar o valor da obra em ata da Câmara, cá está no orçamento a confirmação da ilegalidade do artificioso fracionamento da despesa para se fugir ao concurso público. É com esta falta de sentido ético, transparência e compadrio, que já tínhamos identificado no concurso público urgente de 48 horas para o Centro de Interpretação de Energias Renováveis, que se desgoverna no Município de Manteigas.

Percorridos mais de dois anos de mandato, ressalta a falta de memória do executivo socialista no que se refere ao compromisso eleitoral apresentado em 2009.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Por comiseração, nem sequer vamos comentar os principais objetivos programáticos: promover a criação de emprego, melhorar a competitividade das atividades económicas e atrair novas, ordenar definitivamente o território (implementação logo em 2010 da revisão do PDM), promover Manteigas a “Município de Excelência turística” suportada na imagem “Município com qualidade de vida”.

Não foi necessária muita minúcia para identificarmos mais de 40 ações no programa eleitoral, que o executivo socialista se propunha executar ou dinamizar.

- 1. Criar prémios municipais de produtividade e inovação para os melhores empresários e para os projetos inovadores*
- 2. Rápida construção da ligação da A23 a Valhelhas, a requalificação da ER 338 e da EN 232*
- 3. Dinamizar o Conselho da Juventude: Criação do Observatório da Juventude – base de dados dos jovens do concelho com vista ao ingresso no mercado de trabalho – procurar saídas profissionais – preparar currículos com vista às candidaturas a emprego – promover cursos de verão e formação contínua*
- 4. Apoiar a aquisição de equipamento informático para os estudantes*
- 5. Apoiar as juntas de freguesia a concretizar os seus programas de atividades*
- 6. Não delegar as responsabilidades na Câmara*
- 7. Construir a ligação Mecânica de Manteigas à Fraga da Cruz*
- 8. Promover a construção de hotel de qualidade*
- 9. Potenciar o aproveitamento das águas termais*
- 10. Aproveitar a Casa Etnográfica para atividades ligadas ao turismo ou a Centro de educação ambiental, com exposição do espólio dos serviços florestais de Manteigas*
- 11. Recuperar a Aldeia Histórica de S. Gabriel: Quinta ecológica, Campo de férias com apoio campista, Clube sénior residencial, Pólo do Museu dos Lanifícios.*
- 12. Construir o Centro Lúdico Termal*
- 13. Criar a Estância de Montanha das Penhas Douradas*
- 14. Intercâmbio de jovens e idosos com municípios do litoral de forma a estabelecer permutas para gozo de férias na praia e na montanha*
- 15. Novo impulso à candidatura do programa Habitat + (este programa já tinha terminado antes do ato eleitoral)*
- 16. Apoiar a reinstalação da Banda Boa União*
- 17. Criar um auditório ao ar livre para substituir o Campo das Festas*
- 18. Criar o Museu de Manteigas*
- 19. Organizar um encontro ibérico de música popular*
- 20. Promover a instalação no concelho de uma Escola de Atividades/Desportos de Montanha*
- 21. Promover um grande acampamento nacional de verão*
- 22. Viabilizar a construção de um percurso de canoagem*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

23. *Estabelecer com as diversas federações desportivas nacionais protocolos para a realização de atividades desportivas ao longo do ano*
24. *Apoiar a realização de estágios profissionais a todos os estudantes de Manteigas*
25. *Dinamizar a Escola de Hotelaria*
26. *Deslocalizar para Manteigas diversos cursos de formação profissional do IEFP*
27. *Elaborar um Plano de Ordenamento Florestal para o concelho*
28. *Apoiar a agricultura tradicional e incentivar o aparecimento de agricultura biológica*
29. *Elaborar uma estratégia de revitalização do Centro Histórico*
30. *Requalificar o espaço do mercado ao ar livre*
31. *Requalificar a Rua das Carreiras*
32. *Valorizar urbanisticamente a Praça da Louça – Rossio*
33. *Alargar a estrada entre o cruzamento de S. Gabriel e a ETAR*
34. *Alargar a estrada da Boavista*
35. *Pavimentar condignamente a estrada das Lameiras*
36. *Pavimentar a estrada da Serra de Baixo*
37. *Sinalizar e colocar rails de proteção na estrada de S. Sebastião*
38. *Hotel da Fonte Santa, uma realidade a curto prazo*
39. *Apoiar a requalificação do apoio ao campismo do Covão da Ponte*
40. *Requalificar o Parque de Merendas do Poio da Oliveira*
41. *Adquirir as casas dos guardas florestais e reconverte-las em casas de turismo de natureza*
42. *Requalificar a zona envolvente do Poço do Inferno*
43. *Requalificar a Relva da Cambaia*

É caso para dizer que de boas intenções está o Inferno cheio.

Infelizmente, para Manteigas e para os Manteiguenses, o compromisso eleitoral caducou no próprio dia das eleições.

Por tudo quanto fica dito, os documentos que nos foram disponibilizados para análise estão muito longe de merecer o nosso acordo, pelo que o nosso voto é desfavorável.

Tentaremos acompanhar, como nos cumpre por lei, a ação do Executivo e das suas competências com lealdade, apesar das obstruções sistemáticas que nos são colocadas e do cerceamento dos elementos que por direito nos devem ser presentes, impróprios de uma desejada convivência democrática,

----- **PONTO TRÊS QUATRO – TENDO EM VISTA CORRESPONDER AO SOLICITADO PELO GOVERNO NO DOCUMENTO VERDE DA REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DEBATER A PROPOSTA NELE INSERIDA DE UM PLANO DE REORGANIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO DO MAPA AUTÁRQUICO, NOMEADAMENTE COM A REDUÇÃO DO NÚMERO DE FREGUESIAS.**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre este ponto questionou quem pretendia usar da palavra tendo o senhor Deputado Pedro Soares manifestado a intenção de usar da palavra.

----- O senhor Deputado Pedro Soares sobre este tema apresentou a seguinte Moção:

MOÇÃO

Considerando que o Documento Verde da Reforma da Administração Local não prevê qualquer possibilidade de reordenamento de território que permita a transferência de freguesias entre municípios;

Considerando que o mesmo em nada contribui para um possível reordenamento territorial das freguesias da bacia do alto Zêzere, Valhelhas e Verdelhos, cuja coesão territorial por se encontrarem distantes e remotas das suas sedes de concelho é débil;

Considerando que também em nada pode contribuir para integrar tais freguesias no concelho de Manteigas se for essa a vontade das suas populações e assim melhorar a coesão e competitividade de um território com grandes potencialidades mas que carece de escala;

Considerando que se limita no que respeita à proposta de ordenamento de território a pugnar pela redução do número de freguesias;

Considerando que nas freguesias rurais no nosso concelho, as Juntas de Freguesia são o único reduto da presença do Estado e a única ligação da população com a Administração;

Considerando que é inaceitável uma reorganização administrativa desenhada a régua e esquadro a partir do Terreiro do Paço com critérios que ignoram a realidade local;

Considerando que uma nova Lei Eleitoral Autárquica é que deverá ser a coluna vertebral de qualquer reorganização administrativa;

Considerando que só depois de definida a composição dos diferentes órgãos autárquicos, da subsequente revisão das novas atribuições e competências e dos respetivos meios financeiros se deverá encarar um novo quadro de ordenamento para o território;

A Assembleia Municipal de Manteigas, reunida em sessão ordinária de 30-12-2011, em ponto da Ordem de Trabalhos sobre o assunto, delibera repudiar o teor do consagrado no Documento Verde da Reforma da Administração Local no seu Eixo 2 – Organização do Território, por nele se considerar como prioridade a redução do número de freguesias;

Delibera também dar conhecimento desta Moção ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional dos Municípios Portugueses – ANMP e à Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE.

----- O senhor Deputado Paulo Costa também sobre este assunto referiu que será sempre nosso dever defender a vontade e os interesses da população, o conteúdo do “Documento Verde da Reforma da Administrativa Local” discrimina negativamente as Freguesias do concelho de Manteigas, de todas as freguesias apenas uma reúne critérios para se manter como freguesia, é contraditório e não responde nem apresenta soluções para algumas interrogações, como por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

exemplo: como se melhora a vida dos cidadãos do interior deste país onde se fecham serviços públicos, escolas, correios, hospitais, centros de saúde e agora pretendem fechar o atendimento dos serviços das Juntas de Freguesia, é óbvio que a redução ou fusão de Freguesias é o fim dos seus serviços para as comunidades locais. Como se vai respeitar a identidade a toponímia, história e cultura? O que se faz com os funcionários das Juntas de Freguesias? Vão para o desemprego? Vão contribuir para o aumento do número de desempregados e das despesas com as políticas sociais, mais despesas para o Estado social.

Vai-se terminar com uma relação de vizinhança, de confiança e de proximidade com os cidadãos das freguesias, o conceito de proximidade fica ferido de morte.

A Junta de Freguesia de Santa Maria - Manteigas, é estrutura simples, que comporta poucos custos, mas é importantíssima para a promoção da qualidade de vida da população desta Freguesia. O serviço que esta Junta de Freguesia presta aos seus cidadãos, vai desde um diversificado atendimento administrativo a um abrangente serviço de manutenção e conservação dos espaços e equipamentos públicos e comunitários, vigilância e conservação florestal. Estes serviços não são fatores de despesismo, antes pelo contrário, mas se estas tarefas forem desempenhadas por um poder mais acima com certeza que se traduz em mais despesas e onerará os cidadãos.

Num país que se quer desenvolvido, terminar com o serviço público que a Junta de Freguesia presta á sua comunidade é agravar ainda mais esta desertificação humana que se regista no interior do país, fruto de políticas erradas dos governos, e conseqüentemente um caminho aberto para o esquecimento e população zero, são ainda os autarcas do interior do país que rumam contra a maré, promovem o crescimento demográfico e o desenvolvimento sociocultural das suas regiões.

Não concordamos que esta reforma territorial se resolva com mudanças estruturais fundamentais em alterações centrais e generalistas, é necessário analisar caso a caso Freguesia a Freguesia. No caso do concelho de Manteigas é necessário considerar a proximidade geográfica, os laços afetivos e sociais de outras freguesias próximas desta sede de Concelho, para assim dar mais coesão territorial aos concelhos de Manteigas.

Consideramos que e necessário excluir os critérios quantitativos, é necessário considerar mais os critérios qualitativos, ponderar as razões históricas e de património material e imaterial, valorizar as condições de interioridade e ruralidade.

Manifestamos aqui o nosso voto de protesto contra o extinguir Freguesias só por extinguir, será mais uma discriminação negativa, que vai contribuir para agravar ainda mais a desertificação humana nas regiões do interior de Portugal.

----- A senhora Deputada Maria João no uso da palavra disse que como estamos a falar muito do passado, aliás foi o dia em que quase dei a volta ao passado que o senhor Presidente de Câmara nos fez aqui relativamente ao antigo executivo, também ia falar do passado começando por dizer que o último Secretário de Estado da Administração Local, Dr. José Junqueira, foi efetivamente a pessoa a favor da reforma da administração local, preconizando muitos destes atuais



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

trâmites. Não todos, porque obviamente tem sido feito muito trabalho desde então. É também de referir que foi o Partido Socialista, portanto neste caso o antigo governo, que realmente colocou nas mãos da troika a reestruturação das freguesias, portanto não foi um acordo do novo Governo. Aproveitou para explicar que foi mal entendido por parte do senhor Presidente da Câmara, pois o Conselho de Ministros que exigiu que as SCUTS passassem a ser taxadas foi realizado em 9/9/2010, ora este Executivo entrou em funções no dia 21 de junho do corrente ano, parece-me aqui um lapso ou se calhar o Senhor Presidente estava distraído e não se recordou.

Que fique claro que o documento verde não é Lei, o documento verde não é definitivo e as propostas de fusão vêm precisamente daqui, é aqui que devem ser efetivadas e enviadas, depois, para os órgãos próprios. Era realmente útil da nossa parte, da Assembleia Municipal em conjunto, porque é uma coisa que nos toca a todos, não apenas ao governo, não apenas ao Partido Social Democrata, nem apenas ao Partido Socialista, nem apenas ao público, é uma questão que nos toca efetivamente a todos e que tem de ser discutida aqui em tempo próprio e realmente é por isso que estamos a tocar neste assunto, é pena que tenha sido pedido pelo governo e solicitado pelo governo porque realmente é uma discussão que tem de ser feita e devia ser de espontaneidade. É a minha opinião.

Claro que haveria muitas outras coisas que poderia aqui indicar relativamente ao documento verde, é óbvio que estamos no local próprio para começarmos a definir uma estratégia e é exatamente daqui que saem as propostas de fusão, há pessoas de extrema competência no Governo a trabalharem exaustivamente em todas as propostas que são recebidas, são pessoas que são do mais bem formadas e temos de confiar nelas, aliás, o país confiou não é?! Exatamente como aqui não é Senhor Presidente? Manteigas confiou em si a ver vamos, o País confiou no Governo, temos que lhe dar uma oportunidade não é.”

----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia sobre este documento referiu que entretanto já chegou também uma *Moção da Assembleia de Freguesia São Pedro - Manteigas*, que a seguir também será lida. Continuou dizendo que não estava de acordo com esta reforma, que foi delineada de facto, pelo anterior governo do Partido Socialista, foi de facto o Dr. José Junqueiro que iniciou este processo, agora não foi o Dr. José Junqueiro que fez o documento verde. O que se está aqui a discutir é aquilo que consta do documento verde e a corresponder assim inteiramente àquilo que o Governo teve o cuidado de nos pedir. Para que fique claro, o que aqui se está a discutir é para corresponder à intenção do Governo para a Reforma Administrativa. Mas a Reforma Administrativa, não se limita como consta do documento verde à redução do número de freguesias e desde logo ela tem que ser estruturada pela lei eleitoral das autarquias locais. É essa Lei que depois vai definir os novos órgãos, as novas competências e depois temos, ainda, a nova Lei das finanças locais Lei essa estrutural que vai definir, efetivamente, os meios financeiros que vão caber aos municípios, e só depois é que, na haverá condições de avançar para a chamada reorganização administrativa ou o ordenamento do território. Mas de facto até lá parece-me pouco



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

prudente avançar pelo terreno, risca aí e associa além, corta aqui, um pouco à régua e ao esquadro como já lhe foi chamado. Poder-se-ia antes dizer que foi concebida através de uma matriz algo estranha e com critérios que têm muito pouco a ver com a realidade local, são critérios demográficos, geográficos e que em nada são sensíveis às realidades locais e portanto esse tipo de Reforma Administrativa que está prevista neste documento verde não pode ser aceite. Sobretudo porque considero que há nisto um perigo grave e grande para o concelho de Manteigas. É evidente que a reforma não se vai ficar apenas pelas freguesias, porque como disse e bem o senhor Deputado Pedro Soares, que deve ter recolhido este número da ANAFRE, ninguém vai reformar o território por uma redução de 0,108% do PIB. Claro que é uma exigência da Troika, mas a seguir às freguesias vem a reforma administrativa dos municípios, e portanto nesse aspeto é que nós devemos acautelar, desde já, aquilo que pode vir a seguir. Neste momento ainda é apenas uma hipótese, mas eu estou convencido que a seguir vem a reforma dos municípios, e por isso dado que neste documento verde não se prevê qualquer transferência de freguesias entre municípios, de facto, é omissivo em relação a esta matéria, apenas diz que têm de se reduzir o número de freguesias, era importante que desde já acautelássemos que há freguesias nesta bacia do alto Zêzere que podiam ser transferidas para Manteigas e que, portanto, só temos é que lamentar que neste documento não haja essa possibilidade. E por isso é que devemos tentar encontrar aqui um documento síntese que possa ser elaborado e apresentado tendo em vista já esta fase subsequente daquilo que pode vir.

----- O senhor Deputado Joaquim Albuquerque usando da palavra referiu “É para informar que a Junta de Freguesia de Vale de Amoreira também já enviou uma carta à administração interna dizendo que também não estamos de acordo.”

----- O senhor Deputado Novo de Matos manifestou-se sobre este assunto dizendo que está perfeitamente contra este conceito economicista nesta matéria, que isto não vai economizar coisa nenhuma. Vai sim destruir a trama social e organizacional em termos humanos. Está perfeitamente em desacordo com o documento e nem sequer concorda que se tente modelar para facilitar a vida ao Governo ou seja a quem for.

Portanto em total desacordo. Mais quando muito poder-se-ia discutir se seria lícito que nas cidades de grande volume de população em que muitas vezes há freguesias muito pequenas e outras maiores e há uma certa similitude de funcionamento, se fizesse tal reforma. Mas cidade é cidade e uma vila não tem nada a ver com uma cidade e mais ainda se é uma vila do interior e sem proximidade a grandes centros. Não tem qualquer sentido. Para mim é perfeitamente estúpido, alguém, politicamente propor isto! Quero demonstrar o meu desacordo total.

----- O senhor Deputado Albino Cardoso deixou a sua opinião dizendo que antes de passar a esta abordagem, queria fazer uma pequena intervenção. Quando algo de negativo é apresentado a culpa é sempre de quem estava no Governo e foi do Sócrates e do Partido Socialista. Foi assim no primeiro semestre do ano, a montanha russa foi toda esculpida pelo engenheiro Sócrates. No



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

segundo semestre foi pelos arquitetos do engenheiro Sócrates, os outros não têm culpa nenhuma do que estão a fazer. São uns santinhos que até extorquiram dinheiro aos contribuintes, das mais diversas formas e disso todos nós damos conta e não vale a pena falarmos, SCUTS incluídas. Toda a gente deu conta da panaceia acerca das SCUTS nas eleições e foi até feita uma discussão, ou abordagem aqui nesta assembleia.

É evidente que esta Reforma da Administração Local não agrada a ninguém e a posição manifestada no congresso da ANAFRE é bem esclarecedora, todos demos conta disso. Toda a gente sabe que a base da democracia está nas freguesias. Quando não há freguesias, não há gente, falta cultura, falta proximidade com o governo.

Muitas coisas podem acontecer, cada um por si dará conta, quem ande nestas paragens. Agora, relativamente, à posição do Partido Socialista, que não é do José Junqueira, que fez alguns projetos, mas não é a posição do Partido Socialista. Vou passar a ler, com data de 24 de novembro de 2011, a posição do Partido Socialista sobre a Reforma da Administração Local.

“O Partido Socialista considera importante melhorar a gestão autárquica modernizando-a e tornando-a mais transparente, eficiente e eficaz tendo como principal objetivo a prestação de melhor serviço de proximidade às populações. O PS não está disponível para uma reforma feita a regra e esquadro, mas sim que respeitem, a identidade, a cultura, a história do povo e do país. O PS considera necessário alterar a lei eleitoral mas autarquias locais propondo: eleição conjunta da Assembleia Municipal e do Presidente de Câmara; o Presidente de Câmara deve ser o cabeça de lista da mais votada para a Assembleia Municipal; a composição do executivo deve ser por escolha do Presidente da Câmara dentro dos eleitos para Assembleia Municipal; diminuição do número de Vereadores; com a introdução dos executivos homogéneos impõe-se o reforço significativo dos poderes da Assembleia Municipal que garanta os direitos de oposição e que seja de facto o órgão fiscalizador do executivo. Gestão Municipal e intermunicipal: O PS defende o reforço das atribuições e competências das CIM (Comunidade Intermunicipal) e das AM (Áreas Metropolitanas) as quais devem provir do Estado, nomeadamente: ordenamento do território, mobilidade e transportes, proteção civil e contratualização da gestão do QREN. Os municípios podem delegar competências para a CIM e AM com o objetivo de ganhar escala, reduzir encargos e prestar melhores serviços aos munícipes. Organização do território: O PS é contra a extinção de municípios, exceto se for da vontade própria das populações. No que respeita às freguesias o PS não concorda com os critérios de organização territorial proposto pelo governo, no livro verde, por se tratar de realidades distintas deve haver um tratamento diferenciado para as freguesias das zonas urbanas e das zonas rurais. Nas áreas urbanas é possível e desejável encontrar-se soluções de racionalidade, e eliminando a duplicação de estruturas administrativa.

O PS é contra a redução / aglomeração das freguesias nas zonas rurais. As Juntas de Freguesia ainda são em muitas localidades o garante da presença do poder democrático, asseguram proximidade entre eleitos e eleitores, são mesmo em muitos casos a única ligação das populações ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Estado. O PS incentivou o associativismo inter freguesias com o objetivo de ganhar dimensão para intervir em áreas que o justifiquem". E é esta a posição do partido Socialista.

-----O senhor Deputado Paulo Costa voltando ao assunto e usando da palavra propôs que se votasse a *Moção para que ficasse tudo conforme está, para que não houvesse nenhuma alteração das freguesias do concelho e que se promovesse ou que se considerasse a questão de proximidade com outras freguesias, de coesão territorial, de laços afetivos que existem no concelho de Manteigas.*

-----O senhor Deputado Nuno Soares solicitando a palavra disse que esteve *para não intervir neste ponto mas, depois de ter pedido várias vezes que fosse agendada uma discussão deste tipo ficaria mal não dizer alguma coisa.*

Apercebeu-se pelas decisões que foram tomadas até agora que não há consenso e nem sequer há vontade de reformar. Não tenho qualquer problema em dizer que eu sou a favor da reforma. No entanto, penso que a reforma das freguesias deve ser feita simultaneamente com a dos municípios. Portanto pensa que os dois processos não são dissociáveis e só assim conseguiremos fazer alguma coisa com cabeça, tronco e membros. Também acha que, mesmo que haja extinções dos executivos das freguesias, as freguesias com continuidade territorial não devem ser extintas. Pensa que os limites das freguesias, bem como o dos municípios devem ser todos revistos. Também pensa que os novos municípios e freguesias que resultarem da reforma não devem ser estáticos, ou seja, não devem correr o risco de voltar a estar mais duzentos anos com uma administração perfeitamente desajustada do tempo em que vivem e dos fluxos populacionais que resultam do dia a dia e da evolução da vida das pessoas. Por isso defende que não deve haver extinção da freguesia enquanto unidade territorial. Porquê? Vou dar um exemplo para demonstrar o porquê desta ideia, Sameiro e Vale de Amoreira pela matriz do documento verde seriam englobadas numa única freguesia. Ora o que defende é exatamente o contrário, devem manter-se as duas freguesias enquanto unidade territorial. Aquilo que poderá ser aglutinado é ficarem duas freguesias apenas com um executivo e esse executivo deve ter uma localização mais próxima das pessoas e o mais próximo das pessoas neste momento Sameiro tem mais população do que Vale de Amoreira, mas nada nos garante que daqui por vinte anos Vale de Amoreira não tenha mais população do que Sameiro, ou seja, corremos o risco de se estar a fazer uma reforma para se voltar daqui a uma dúzia de anos a ter novamente tudo completamente desajustado. O que defende é que a reforma deve ser dinâmica, mantendo no entanto as freguesias. Quando são elaborados os censos, depois dos resultados finais dos censos deve ser definido qual o local onde fica o executivo que gere aquelas freguesias, portanto não deve ser um executivo da freguesia mas um grupo de freguesias, ou seja, no fundo será criar um mínimo de associações de freguesias.

Outro ponto que defende, claramente, é que na sede de concelho não deve haver juntas de freguesia, não deve haver freguesias. Em Manteigas pela mesma situação deve manter-se a identidade territorial de S. Pedro e de Santa Maria mas não deve haver executivo. Em Manteigas a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Câmara deve assumir as funções que são desempenhadas pelas freguesias. Há uma sobreposição clara e evidente de meios para a mesma finalidade, se queremos racionalizar meios e reduzir custos apenas o conseguimos aglutinando competências. Apenas concede que existam executivos de freguesia nas freguesias numa situação como Lisboa, Porto, Gaia e provavelmente mais uma outra. As freguesias muito grandes que de facto justificam que haja um patamar intermédio entre o cidadão e o Presidente da Câmara. Não tem cabimento em Manteigas, com todo o respeito que merecem os dois Presidentes de Junta, mas não parece muito lógico que alguém vá pedir ao Dr. Paulo um determinado serviço e depois a Junta de Freguesia faz um ofício à Câmara a pedir que a Câmara resolva aquela situação. É esta redundância de meios e de tempo que de facto não tem cabimento e isso só é conseguido através da extinção de alguns níveis.

Tem outros aspetos pensados sobre esta reforma, aliás, vai apresentar individualmente uma proposta global para a reforma, ainda não a tem pronta, portanto não terá oportunidade de a apresentar, aqui, hoje. Queria apenas apresentar esse ponto de vista e dizer que é a favor da reforma, mas acha que deve ser mais profunda e deve ser, acima de tudo, dinâmica para que haja uma aproximação entre os eleitos e os eleitores para se saber claramente a quem pedir contas quando os nossos dinheiros são malbaratados para depois não existirem estas situações que o engenheiro Sócrates fez bem, mas afinal fez mal, o Passos Coelho fez uma asneira mas afinal não foi dele e assim toda a gente sabe a quem pedir responsabilidades. Nem as Juntas de Freguesia se irão desculpar com a Câmara, nem a Câmara se vai desculpar com as Juntas de Freguesia. Cada um é responsável pela área territorial que gere e não terá oportunidade de se desculpar com o vizinho do lado.

----- O senhor Presidente da Câmara solicitando a palavra ao senhor Presidente da Mesa da Assembleia e o sobre o assunto em apreço quis manifestar a sua opinião dizendo que *quase prescindia de usar da palavra porque de facto aquilo que pensa em relação a esta matéria já foi aqui dito. Já manifestou publicamente a sua opinião, mas queria perguntar à senhora Deputada Maria João que disse que já vem do tempo em que o PS era Governo, pelos menos alguém tentou passar essa ideia, mas eu não consegui perceber é qual é a opinião da senhora Deputada se concorda ou não com o documento? Isso é que é importante perceber, porque, naturalmente, também deve estar a trabalhar na elaboração deste documento ou deve ter trabalhado. Gostaríamos de saber se a senhora concorda ou não. Esta Reforma Administrativa que estão a querer impor é de facto uma Reforma Administrativa abominável tendo em conta apenas princípios de régua e esquadro, e de demografia. Não se percebe! Parece-lhe que não traz qualquer tipo de benefício em termos financeiros, em termos de poupança, em termos de redução de custos. Nós temos identidade, nós temos bilhete de identidade e aqui diz de onde é que somos, onde é que residimos, diz em que freguesia. Nós perdemos completamente a identidade se porventura houver aqui um desaparecimento da nomenclatura do território. É verdade que continuamos a viver no mesmo sítio, o sítio continua a ser o mesmo, mas há qualquer coisa aqui que desaparece da nossa identi-*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

dade pessoal. Repetiu o que foi dito há pouco pelo senhor Presidente da Junta de Vale de Amoreira que conhece bem a realidade da sua Freguesia e nós também conhecemos. Já pertenceu a outro concelho, agora pertence ao concelho de Manteigas e de facto se ainda pertencesse ao concelho da Guarda estava mais longe e desapareceria. São as mesmas pessoas, é o mesmo território só porque mudou de concelho, está mais longe, está sujeito a agregar a freguesia. Não há aqui critérios economicistas, não há nada.

O que se deve defender, e o senhor Presidente da Assembleia já tratou disso, é uma outra reforma essa outra Reforma Administrativa que é de nível mais elevado, tal como defendia o senhor representante da ANAFRE no distrito, que dizia: “ eu defendo a reforma administrativa que comece a cortar nos municípios”. Dizia: “cortar nos municípios e depois é que se corta nas juntas de freguesia”. Defende ao nível dos municípios não extinguir mas consolidar os territórios municipais. Tendo em conta as dinâmicas e os fatores de coesão territorial e social como foi dito pelo Dr. Paulo Costa. Temos um exemplo em concreto, somos um concelho pequeno, mas temos dinâmicas de coesão territoriais e sociais com algumas freguesias aqui à volta, com outros territórios que estão mais longe da sua sede do concelho, que estão mais desprotegidos digamos assim de decisões, da rapidez de decisões e de intervenção do território. Este território já tem connosco uma relação muito grande. São relações pessoais, relações coletivas, relações de atividade conjuntas, até, e falou concretamente de Verdelhos a Valhelhas. Há uma forte vontade de uma boa parte da população pelo menos de Verdelhos, se houver uma reforma administrativa que contemple todas estas questões, contemple estes fatores de coesão territorial e social, até porque se percebe claramente que com Verdelhos temos uma coesão social, uma proximidade muito grande e alguma parte da população está disposta, de facto, a defender isto. Não há aqui qualquer processo de discussão com a população, mas há uma boa parte que está de facto disposta a encarar esta possibilidade da consolidação, uma maior consolidação do território de Manteigas. Naturalmente que outro concelho não terá nada a perder. Gerir à distância é sempre mais complicado e portanto pensa que é através de uma reforma deste tipo que poderíamos ficar a ganhar. Consolidava-se o território, colaborava-se com muito mais proximidade com essas freguesias que estão longe da sede do concelho e certamente que haveria aqui alguma compreensão mútua com a Câmara da Covilhã e a Câmara da Guarda. Deixem esta reforma administrativa, deixem que as pessoas se pronunciem como se pronunciaram aqui há uns anos em Vale de Amoreira. Permitam que haja frentes populares para que as pessoas possam escolher, porque têm afinidades concretas, têm identidade, deixem-nas escolher. Depois ao nível das freguesias não podem desaparecer entidades administrativas das freguesias. Para contrariar um pouco alguma duplicidade de funções concorda é que se atribuam mais competências às freguesias. Que se definam competências concretas, próprias às freguesias e se assim for não há sobreposição com o município. A freguesia não pode desaparecer, tem sim que ter mais competências e com esta proximidade, nós percebemos claramente, os senhores Presidentes de Junta fazem das tripas coração e sabemos perfeitamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

que com menos dinheiro fazem coisas maiores, do que os municípios, porque há esta vontade, esta proximidade, a pessoa que está mais próxima do cidadão e que percebe também as suas dificuldades. Portanto isto não pode desaparecer, isto é uma questão cultural é uma raiz cultural que não pode desaparecer e portanto desta forma concorda com uma reforma administrativa. Rematou dizendo que esta é a sua opinião que vai de encontro a muitas das que aqui foram ditas. ----- O senhor Presidente da Mesa da Assembleia depois de verificar que mais ninguém pretendia usar da palavra, leu a Moção apresentada pelo Partido Socialista que a seguir se transcreve:

MOÇÃO

Considerando que o Documento Verde da Reforma da Administração Local não prevê qualquer possibilidade de reordenamento de território que permita a transferência de freguesias entre municípios;

Considerando que o mesmo em nada contribui para um possível reordenamento territorial das freguesias da bacia do alto Zêzere, Valhelhas e Verdelhos, cuja coesão territorial por se encontrarem distantes e remotas das suas sedes de concelho é débil;

Considerando que também em nada pode contribuir para integrar tais freguesias no concelho de Manteigas se for essa a vontade das suas populações e assim melhorar a coesão e competitividade de um território com grandes potencialidades mas que carece de escala;

Considerando que se limita no que respeita à proposta de ordenamento de território a pugnar pela redução do número de freguesias;

Considerando que nas freguesias rurais no nosso concelho, as Juntas de Freguesia são o único reduto da presença do Estado e a única ligação da população com a Administração;

Considerando que é inaceitável uma reorganização administrativa desenhada a régua e esquadro a partir do Terreiro do Paço com critérios que ignoram a realidade local;

Considerando que uma nova Lei Eleitoral Autárquica é que deverá ser a coluna vertebral de qualquer reorganização administrativa;

Considerando que só depois de definida a composição dos diferentes órgãos autárquicos, da subsequente revisão das novas atribuições e competências e dos respetivos meios financeiros se deverá encarar um novo quadro de ordenamento para o território;

A Assembleia Municipal de Manteigas, reunida em sessão ordinária de 30-12-2011, em ponto da Ordem de Trabalhos sobre o assunto, delibera repudiar o teor do consagrado no Documento Verde da Reforma da Administração Local no seu Eixo 2 – Organização do Território, por nele se considerar como prioridade a redução do número de freguesias;

Delibera também dar conhecimento desta Moção ao Senhor Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República, à Associação Nacional dos Municípios Portugueses – ANMP e à Associação Nacional de Freguesias – ANAFRE.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Passou de imediato à votação das duas Moções, tendo ambas sido aprovadas. A Moção apresentada pelo senhor Deputado Pedro Soares foi aprovada por maioria, com 15 votos a favor e 1 abstenção.

Relativamente à Moção apresentada pelo Partido Socialista, foi aprovada por maioria com 13 votos a favor e 2 abstenções.

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

-----PONTO QUATRO DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu por iniciado este ponto na ordem de trabalhos aceitando inscrições para intervir. -----

----- O senhor Deputado Novo de Matos em relação à informação do senhor Presidente fez o reparo com agrado de que agora já pode verificar em que estado estão as obras, se estão em execução ou estão concluídas. Deixou ainda a sugestão que uma vez que a Câmara faz o apoio à edição de livros de autores manteiguenses, que os mesmos fossem disponibilizados na receção da Câmara Municipal para quem quisesse adquiri-los, porque assim dá um impacto positivo à parte cultural e por outro lado é interessante para quem os quer adquirir e ao mesmo tempo para o autor que vê de uma forma chegar ao público a sua obra.

----- O senhor Presidente da Câmara agradeceu a sugestão do senhor Deputado Novo de Matos. -----

-----PONTO CINCO DA ORDEM DE TRABALHOS-----

----- APRECIÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu início a este ponto solicitando aos Senhores deputados que se inscrevessem para intervir, começando por informar que se realizou uma Assembleia Geral da Comurbeiras no passado dia 22 de dezembro onde foram tratados vários assuntos. Foram dadas várias informações relativamente à evolução dos processos que foram contratualizados pela COMURBEIRAS. Existem 92 candidaturas aprovadas num total de quarenta e sete vírgula dois milhões de euros e portanto uma taxa de execução de setenta e cinco vírgula dois por cento. Vai ser criada uma bolsa de mérito que ainda não está concretizada nem definida, para o restante dos setenta e pouco milhões de euros do total FEDER que está consignado à COMURBEIRAS. Foi dado conhecimento que a Câmara Municipal da Covilhã optou pela extinção de quatro freguesias urbanas e a manutenção de todas as restantes. A propósito da Reforma da Administração Local informou que vai ser discutida numa reunião própria num futuro breve sobre a questão das CIMS. Foi aprovada e foi dada confiança à Mesa para elaborar uma moção sobre as portagens que deve reforçar, a já aprovada, pelo Conselho Executivo da COMURBEIRAS e sublinhar o isolamento, cada vez mais, do interior despovoado, o elevado preço por quilómetro, não só a contestação genérica de que as portagens não deviam existir mas que efetivamente o preço da portagem pedida na A23 ultrapassa aquilo que é razoável, está por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

exemplo muito acima da portagem Lisboa-Cascais numa região que o PIB per capita é muito inferior ao da média da União Europeia. Outra questão foi a moção sobre a ligação de comboio da Covilhã à Guarda que tem necessariamente de ser encarada, já, por este Governo. Foi dito pelo senhor Presidente Carlos Pinto da Covilhã que há inclusivamente um problema estratégico de nível nacional, que uma vez que esteja interrompida a linha da Beira Alta, não há alternativa para chegar da fronteira a Lisboa, via caminho de ferro. Portanto é essencial que esta ligação da Guarda à Covilhã seja feita. E também deve nessa moção ficar claro a desclassificação do serviço prestado na linha da Beira Baixa.

----- O senhor Deputado Paulo Costa na qualidade de representante desta assembleia no Conselho Municipal de Educação, em reunião realizada a 7/10/2011, apresentando o que se passou nessa reunião referiu:

Balanço do ano letivo 2010/2011

Escola Profissional de Hotelaria:

65 alunos (36 alunos e 29 alunas) sendo 5 alunos oriundos dos PALOP, considera-se um número bastante baixo distribuídos por duas áreas Cozinha/Pastelaria e Restaurante/Bar.

O financiamento é escasso e reduzido por estas razões a escola vive com dificuldades.

Esta escola mais uma vez ganhou a bandeira verde Ecoescolas.

Colégio de Nossa Senhora de Fátima:

Em 2010/2011 frequentaram 83 alunos. Distribuídos por 5 turmas em 3 áreas, sendo elas:

Ciências Económicas, Ciências Tecnológicas e Línguas Humanidades.

A percentagem de reprovação é de 11% ou seja 9 alunos.

Os exames nacionais foram equivalentes às médias nacionais, com notas acima da média a Economia A e Físico-química A.

Todos os alunos que concorreram ao ensino superior entraram, num total de 9 alunos.

O Colégio mais uma vez ganhou a bandeira verde Eco-Escolas.

Para o ano de 2011/2012 haverá quatro turmas, mais o ensino profissional com alunos dos PALOP com curso Técnico auxiliar de saúde e Técnico Turismo Rural e Ambiente, com 40 alunos distribuídos por duas turmas. Vieram 18 alunos da EB2/3 de Manteigas para o Colégio.

Agrupamento de Escolas de Manteigas:

Este ano letivo 2011/2012 a sala de apoio em Sameiro vai continuar a funcionar à semelhança do ano anterior. Todos os alunos passaram exceto duas retenções; não se verificou indisciplina.

A escola vive um problema grave que é a falta de alunos, dispensaram-se professores este ano letivo só temos uma turma do 5º ano com 16 alunos, temos 15 alunos no pré-escolar, 11 no jardim de infância de Manteigas e 4 no jardim de infância de Sameiro, no 1º ciclo 18 alunos, 2º ciclo 19 alunos, 3º ciclo 21 alunos e 4º ciclo duas turmas com 12 e 14 alunos e 13 alunos na EB1 de Sameiro, o que perfaz um total de 97 alunos, considera-se um cenário negro.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

A escola foi avaliada num projeto piloto com nota de Bom. Não concordou com a referida nota pois considerava o excelente o mais justo.

Nos exames nacionais, as notas de português estiveram abaixo da média nacional, estando as notas de matemática acima da média nacional, as provas de aferição ficaram dentro da média nacional.

Neste ano letivo vai haver exames nacionais para o 6º ano, que acrescem aos exames de 9º ano. Por último considerou-se necessário a celebração de protocolos de colaboração entre os estabelecimentos de ensino locais e os países dos PALOP, de uma forma concertada desde a EB1 até à Hotelaria e Colégio.

-----O senhor Deputado Nuno Soares também deu conhecimento da sua representação enquanto membro desta Assembleia noutras comissões. Por razões de natureza pessoal não lhe foi possível estar na última reunião da CPCJ realizada na primeira quinta - feira de novembro, justificando a sua falta antecipadamente. Também esteve na assembleia da COMURBEIRAS, tal como o senhor Presidente da Mesa da Assembleia referiu, não repetindo o que o senhor Presidente já disse, apenas complementar a informação que também foi votada a retificação da isenção de cotas dos municípios associados até ao final do mandato, no caso de Manteigas como já tinha pagamentos feitos desde 2009 vai ser ressarcida tal como todos os outros que já estavam nessa situação.

-----O senhor Deputado Pedro Soares colocou a questão relativamente ao transporte escolar para Sameiro. Há dias que o autocarro da Câmara vai por volta das cinco horas a Sameiro, e há crianças que saem da C+S por volta das 16:45 e às 15:30, ou seja, o transporte da Câmara não leva essas crianças, terão que esperar e principalmente agora no inverno é complicado, pois terão que esperar até às 18h que é quando têm o transporte da Rodoviária. Não haverá possibilidade de o autocarro da câmara que vai a Sameiro, levar os alunos de Vale de Amoreira e levar essas crianças?

-----O senhor Deputado Alfredo Marcelo também quis dar conhecimento da sua presença na reunião realizada em novembro na CPCJ onde já esteve presente a nova representante Dra. Elisabete Costa e nessa reunião foi debatido o assunto da realização do aniversário da convenção. Mais informou que a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Manteigas celebrou as comemorações do 22 Aniversário da convenção no dia 19 de novembro. A cerimónia decorreu no auditório do Centro Cívico com um conjunto de iniciativas a destacar: Exposição do 1º Ano da CPCJ de Manteigas, Painel dedicado ao plano local de promoção dos direitos da Criança e Jovens, estiveram expostos trabalhos para Mascote de onde saiu o seu vencedor e apresentou-se o Blogue.

Continuou com Palestras alusivas ao ato e ainda com teatro, poesia, dança, por alunos das escolas, assim como os utentes da AFACIDASE e finalizou com a audição pública do Hino da CPCJ



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas, interpretada pelos Jovens e Crianças das Bandas de Manteigas, cantada pela jovem Serena Martins.

Importa referir que a Musica do Hino foi composta pelos Maestros das duas bandas, Luís Serra e Ricardo Craveiro, que se uniram para dar voz aos Direitos das Crianças e Jovens de Manteigas.

----- A senhora Deputada Maria João esclareceu que relativamente à questão do documento verde, não disse que o documento verde foi iniciado pelo Partido Socialista, antes pelo contrário, disse que foi exclusiva responsabilidade do atual Governo, no entanto, a reforma foi iniciada pelo Partido Socialista. Manifestou que gostaria que ficasse em ata este esclarecimento.

Depois colocou a questão ao senhor Presidente porque todos ouviram o senhor Deputado Nuno Soares indicar 43 das promessas que ficaram por fazer, mas ainda há 21 meses até ao final do mandato. No entanto, não resiste em lhe fazer uma pergunta: “*Senhor Presidente está a pensar candidatar-se novamente para conseguir terminar estas promessas todas?*”

----- O senhor Deputado Umberto Leitão usando da palavra salientou que segundo o jornal “Notícias de Manteigas” do mês de novembro tinham nascido no concelho de Manteigas doze crianças em 2011. É uma situação muito preocupante. Um crescimento demográfico tão negativo como este, não se sabe onde é que o Concelho vai parar. Chamou a atenção para o processo da televisão digital. Como todos sabem no dia vinte e seis de abril o sinal analógico vai ser encerrado. Há uma confusão terrível em Manteigas sobre este assunto, de maneira que as pessoas não sabem o que hão de fazer. Há um técnico muito credenciado em termos de comunicações em Manteigas que lhe disse que era necessário primeiro saber se Manteigas vai receber a TDT em sinal satélite ou emissor, e em conformidade com o que for decidido ou em conformidade com o que vier para Manteigas assim serão compradas os diversos aparelhos a serem instalados. Parece-lhe pertinente e muito importante que, assim que houver oportunidade e estiver decidido qual é o sistema se é via satélite ou via emissora, o Executivo faça chegar a todos os consumidores de televisão qual o sistema. Aproveitou a oportunidade para desejar um bom ano a todos, e continuação de boas festas.

----- O senhor Deputado Pedro Soares relativamente ao que disse o senhor Deputado Umberto Leitão sobre a televisão, informou que tem a nível da ANAFRE e está disponível para com todos os Presidentes de Junta apresentar um PowerPoint da ANACOM onde tem uma série de esclarecimentos, até a nível de subsídio de aquisição de equipamentos e estudo. Pessoalmente disponibilizou-se para fazer uma sessão de informação sobre isso.

----- O senhor Deputado Novo de Matos usando da palavra quis dar os parabéns pelo Boletim Municipal, pois achou que nos últimos vinte ou trinta anos nesta Vila foi o melhor produto de marketing que foi apresentado. Explicou que não foi só pela qualidade da revista mas também pelas próprias pessoas responsáveis da Câmara, nomeadamente o senhor Presidente da Câmara que em setenta e sete fotografias só aparece em três fotografias e uma delas não conta, que é a do editorial porque tem de lá estar, e o senhor Presidente da Assembleia Municipal só aparece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

numa. Portanto isto nem sequer é marketing pessoal, é um bom produto talvez o melhor de marketing desta terra! Têm muita qualidade as fotografias, foram muito bem selecionadas e está tudo muito bem feito. Quem olha para esta revista pensa, esta terra é magnífica e é de facto, mas não é só isso, é uma terra riquíssima, que se tem de se visitar. Parabéns.

-----O senhor Presidente da Câmara em resposta a algumas questões que foram colocadas disse que embora não quisesse discutir assuntos que já foram discutidos, mas alguns assuntos tem de ter resposta. Começou pelo assunto do manifesto eleitoral, referido pelo senhor Deputado Nuno Soares, que afirmou que há algumas dezenas de projetos que foram abandonados. Se fosse mauzinho, aproveitava a sua intervenção e lia os cento e cinquenta projetos que foram abandonados pelo partido da Maioria que esteve na Câmara Municipal durante dezasseis anos.

Este Executivo está há dois anos na Câmara. Houve projetos inscritos durante dezasseis anos em plano de atividades.

Quanto à recandidatura, ainda não pode dizer, porque se houver alguma intenção política não a vai dizer neste momento. Perante a pergunta pode agora pensar que talvez fosse a senhora Deputada a autora de um cartaz que foi colocado na campanha eleitoral que dizia assim: "Manteigas não é nenhum trampolim". Admitiu que também deve ter lido alguma coisa nos jornais regionais durante o fim de semana que lhe deve ter suscitado alguma dúvida. Rematou dizendo que se tem dúvidas irá ficar com elas.

No que diz respeito ao sinal digital e já tendo falado no assunto na reunião de Câmara, informou que falta ultimar uns pormenores com a PT. Pode dizer que Manteigas não vai ter necessidade de adulterar a paisagem urbana, porque Manteigas vai ter sinal digital terrestre de certeza absoluta. A ANACOM, a tal instituição que neste momento está a transmitir toda essa informação, apenas abriu concurso para a cobertura do TDT no território nacional não de 100% e o Concelho de Manteigas está numa zona de sombra.

Entretanto já teve uma reunião com a ANACOM, onde manifestou o seu desagrado porque de facto o Concelho não foi tratado como muitos outros. Deslocou-se também à PT onde solicitou ajuda para a resolução deste problema. Pediu à PT que tendo em conta que Manteigas foi dos primeiros Concelhos a ter um retransmissor no país, em 1964, e que depois se viu obrigado a colocar outro transmissor a expensas da Câmara, que a PT por razões históricas e também por toda a colaboração que a Câmara tem prestado pagasse o novo retransmissor que desse para Manteigas, para Sameiro e Vale de Amoreira com outros mecanismos. Foi-lhe transmitido que não pagavam porque o contrato que a PT tem com a ANACOM não lhes permite. O que poderão fazer é dar todo o apoio técnico, porque há complicações com o sinal digital que não existem com o sinal analógico e nas compras que fazem do equipamento, conseguirem a aquisição de um equipamento mais barato para a Câmara Municipal. Pode afirmar que Manteigas vai ter TDT.

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada sendo cerca da uma hora e trinta minutos do dia seguinte. Desta sessão foi lavrada a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa.-----

----- O Presidente da Mesa -----

----- _____ -----

----- *António Manuel de Lemos Santos* -----

----- O 1º Secretário ----- O 2º Secretário -----

----- _____ -----

----- *Albino Saraiva Cardoso* ----- *Daniel António Quaresma Costa* -----